

A DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA

17

ÂNGELO BRUCCULERI, S. J.

O VERDADEIRO ASPECTO
DO COMUNISMO



LIVRARIA APOSTOLADO DA IMPRENSA
PORTO

A DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA

CADERNO XVII



119429

Sebo Lider II
Rua do Rosário, 53
Curitiba-PR
(41) 3322-0081
seboliderdois@gmail.com

~~Revista~~ Sociologia

Brucculeri, Ângelo

~~A Doutrina Social Católica~~ Verdadeiro Aspecto

Apostolado da Imprensa

R\$ 10,00

DO MESMO AUTOR

A DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA

1. *A justiça social*
2. *A função social da propriedade*
3. *O capitalismo*
4. *A economia soviética*
5. *O justo salário*
6. *O trabalho*
7. *O Estado e o indivíduo*
8. *A involução da civilização*
9. *A Igreja e a civilização*
10. *Moralidade da guerra*
11. *A família cristã*
12. *A ordem internacional*
13. *O comunismo*
14. *A democracia*
15. *As Greves*
16. *Objecções do comunismo contra a Igreja*
17. *O verdadeiro aspecto do comunismo.*

ÂNGELO BRUCCULERI, S. J.

REDACTOR DE «LA CIVILTÀ CATTOLICA»

O VERDADEIRO ASPECTO DO COMUNISMO



Livraria Apostolado da Imprensa
Rua da Boavista, 591 • Tel. 27875 • PORTO

1 9 5 6

Com aprovação da autoridade Eclesiástica

CAPÍTULO I

O COMUNISMO TRAIADOR DO OPERÁRIO

Entre as manifestações da civilização contemporânea, que mais impressionam os observadores e intérpretes dos fenómenos sociais, é necessário enumerar a do progresso alcançado pelas capacidades produtoras da técnica hodierna.

Com os sistemas antigos, um homem devia trabalhar 96 horas para arrotar uma geira de terra; hoje o homem auxiliado pela máquina faz o mesmo trabalho em menos de uma hora. Dos fabricantes de tijolos, antigamente, fazia cada um em média 450 tijolos em dez horas; presentemente, numa fábrica com máquinas apropriadas pode um homem fazer 400 mil por dia.

A simples máquina de Newcomen (1712) para transformar a energia, desenvolvia uma força de cinco e meio cavalos-vapor; hoje no mesmo tempo, certas turbinas podem desenvolver até 300 mil. Um professor americano, Lamb, pôde, segundo cálculos feitos, afirmar que a energia produtora do homem aumentou de 4 mil calorias para 160 mil (1).

A nossa época não se orgulha tanto do progresso no campo *técnico*, isto é, nas relações do homem com as coisas, mas sim, do progresso no campo *social*, quer dizer, nas relações do homem com o homem. Os abusos de outrora, com que os fortes impunham um jugo pouco menos que servil às massas operárias, em parte desapareceram.

As constituições das Nações que no passado, não pré-histórico, ignoravam quase inteiramente o traba-

(1) Veja-se A. RAYMOND, *Che cos'è la tecnocracia?* Milão, 1933, p. 43 e 88.

lho, hoje têm como um dever sagrado conceder-lhe um lugar de honra reconhecendo e protegendo os seus direitos.

A Constituição italiana, no primeiro artigo, declara: «A Itália é uma República fundada no trabalho». A Repartição Internacional do Trabalho no Relatório geral de 1951 salienta que nos dois anos de 1949 e 1950, se elevou a 156 o número de leis sociais promulgadas pelas Nações. Com as precedentes e as registadas depois de 1 de Janeiro de 1951 elevam-se a 1193 (1). As tentativas que nalgumas partes se têm feito para dar nova estrutura à empresa, para que realize, plenamente, o sentido da comunidade, são provas eloquentes duma era resolvida a tirar todas as consequências da dignidade pessoal do operário.

Nunca como hoje o trabalho encontrou apologistas e defensores em tão grande número; nunca se falou tanto das reivindicações e até duma civilização e duma religião do trabalho. A economia, a política, a própria filosofia, não se dignaram exaltar o trabalho. «Se estivessemos em grau de nos podermos despojar, afirma Bergson, de todo o orgulho; se, para definir a espécie humana nos ativéssemos, com todo o rigor, ao que a história e a pré-história nos apresentam como a constante característica do homem e da sua inteligência, não diríamos *homo sapiens*, mas *homo faber*.

«Numa palavra, a inteligência examinada naquilo que parece ser a sua conduta originária, é a faculdade de fabricar objectos artificiais, especialmente instrumentos; e modificar, definitivamente, a sua construção... A vida, não satisfeita com produzir os organismos, desejaria dar-lhe como apêndice a própria matéria inorgânica, convertida num órgão vital imenso como o do trabalho do ser vivo» (2).

(1) *Rapport général*, Genebra, 1951, p. 156.

(2) H. BERGSON, *L'Évolution créatrice*, 4.^a ed., Paris, 1908, p. 151-175.

* * *

Enquanto o mundo, à uma ou por convicção profunda ou por sórdido oportunismo apoia o trabalho, precisamente nas suas tendências para novas conquistas e justificadas ascensões, por outra cai na rede do inimigo não menos insidioso e nefasto do capitalismo opressor.

Vemos neste caso derramarem-se lágrimas e sangue por todos os poros; e ao mesmo tempo, os fautores da tirania desfazem-se em abraços amorosos, apresentando-se como apóstolos, como vingadores, como messias ansioso de remir, duma vez para sempre e a todo o custo, o proletariado que geme sob o peso do pé ferrado da oligarquia burguesa.

Este inimigo disfarçado do trabalho não é, senão o comunismo, porque gasta e desfaz a arma poderosa que decidiu dos maiores triunfos do trabalho. Aludimos à organização sindical que, quando se infecta com o *vírus comunista* esquece a nobre causa, a própria razão do seu ser, para se entregar aos baixos serviços duma política, que desconhece, muitas vezes, os interesses dos trabalhadores para correr atrás da miragem enganadora dum futuro quimérico.

O comunismo é semelhante à mosca que, onde pousa, deposita sempre germes infecciosos e mortíferos. Se pousa sobre o homem, transforma-o num animal pouco superior ao gorila; se entra na família, desfaz o perene vínculo da instituição monogâmica, e busca um encontro transitório do amor livre; se pára sobre o Estado, rebaixa-o até ser não um governo de homens, mas uma mesquinha administração de coisas; se inspira e domina o sindicato, este já não serve para equilibrar as partes interessadas no contrato de trabalho, mas torna-se uma arma exclusivamente ofensiva, para prejudicar a totalidade das forças económicas. Deste modo, o sindicato já não é uma ponte que une, mas sim um movimento que separa e desagrega.

* * *

Nem pode ser diversamente, se se examinam os princípios do bolchevismo militante e os corolários que deles derivam.

Segundo a concepção soviética, é sempre uma minoria qualificada, o núcleo bem preparado, a *élite* necessariamente restrita que deve levedar as massas amorfas e levá-las a destruir, contra todas as resistências e oposições — capitalistas, estatais, clericais e reaccionárias — a actual estrutura da sociedade. Estes grupos lutadores e cheios de coragem devem invadir todas as associações, penetrá-las com o seu espírito e conduzi-las a reboque da política bolchevista. Enquanto o sindicato ao princípio rejeitava a acção política e qualquer aliança com os partidos para se ocupar só da luta de classes, hoje por inspiração de Lenine, o sindicalismo não deve ser tolerado, se não é um instrumento passivo das directivas imperialistas assinaladas pelo Kremlin.

Se quisermos folhear o Estatuto leniniano da terceira Internacional, encontraremos nele a prova evidente da mais aviltante escravidão sindical perante o partido político. No artigo IX deste documento, promulgado em 1920 no segundo Congresso da Internacional comunista, lemos: «Todo o partido desejoso de pertencer à Internacional comunista, deve realizar uma propaganda contínua e sistemática nos sindicatos, nas cooperativas e em qualquer outra organização. Devem formar-se núcleos comunistas que terão por missão revelar a cada instante as traições dos social-patriotas e as perturbações movidas pelos seus dirigentes. Estes núcleos estarão plenamente subordinados ao Partido».

No artigo X prescreve-se: «Todo o partido, que é admitido na Internacional comunista, deve com todas as forças combater a Internacional comunista dos sindicatos amarelos de Amsterdão, e concorrer, com todo o

seu poder, para a União Internacional dos sindicatos vermelhos unidos à Internacional comunista».

Esta doutrina, dum sindicalismo escravo das perspectivas políticas da grande pátria do proletariado, é confirmada no Congresso sindical internacional dos sindicatos vermelhos, realizado em Julho de 1921 em Moscovo. «O Congresso afirma a necessidade de tender para a unidade dos organismos sindicais e para a estreita união dos sindicatos vermelhos e do Partido comunista» (1).

Este ensinamento sindical (ou melhor anti-sindical) com o andar dos tempos não sofreu o mínimo desvio. O novo Czar das Rússias, Estaline, na Constituição de 1936 confessa-o expressamente: «Os cidadãos mais activos e conscientes da classe operária e das outras classes trabalhadoras, pertencem ao Partido comunista da U. R. S. S. que constitui a vanguarda dos trabalhadores na luta pela solidez e desenvolvimento do regime socialista, e que representa o núcleo directivo de todas as organizações trabalhadoras quer sociais quer estatais».

Como é evidente, toda a sociedade operária (e por conseguinte, o sindicato) na democracia progressiva realizada pela Rússia está sujeita ao despotismo dos trabalhadores mais activos e conscientes que formam o Partido, torna-se deste modo o rolo compressor, o *deus ex machina*, que estiriliza a liberdade de associação e tudo sacrifica ao Moloc político.

* * *

Se, depois de termos considerado as directivas que animam o sindicalismo comunista, apelamos para a experiência da acção desenvolvida por ele veremos confirmado que o sindicato soviético ou filossoviético, ou fusio-nista, ou neniano, é o pior inimigo do trabalho.

(1) Veja-se E. MARTIN-SAINT-LÉON, *Histoire des Corporations de Métiers*, Paris, 1922, p. 805 e segs.

A crónica do após guerra apresenta-nos, em primeiro lugar, a experiência do sindicato único. Perante a desumana tragédia da guerra mundial e as imensas ruínas que ela acumulou sobre as nações, atingindo, especialmente, as classes mais pobres; depois de vinte anos de regime totalitário, alguns partidários até das ideologias mais opostas, foram induzidos a aproximar-se, a irmanar-se, e a passar por cima dos motivos das suas dissensões para, unidos, resolverem os problemas urgentes do trabalho.

Teve-se assim certa experiência do sindicato único, no qual Aragona e outros organizadores julgavam que as várias correntes de ideias poderiam coabitar todas livres para fazerem valer as próprias tendências, sem porém, faltarem ao respeito para com as minorias.

Entusiasmámo-nos pouco com estes abraços e duvidámos da consistência desta iniciativa fusionista, ou melhor confusionista (1).

Com efeito, dominado o improvisado edifício unitário da maioria manobrada pelo *Cominform* depressa começou a ceder e a fender-se não obstante os reiterados protestos dos infelizes inquilinos. Os comunistas, com uma ininterrupta violação do estatuto Confederativo, com desleal intolerância, demonstrada contra os democristas, acabaram por provocar a cisão. O que sucedeu na Itália, sucedeu também noutras Nações e até no campo internacional. A Federação Sindical Mundial (F. S. M.) desautorizada pelo sindicalismo político de Moscovo, foi abandonada por todas as poderosas organizações que não queriam sujeitar-se ao vergonhoso jogo das ambições soviéticas.

Por conseguinte, o sindicato de inspiração comunista revelou-se nefasto para os interesses dos trabalhadores, porque provocou cisões nas associações operárias e tornou impossível a frente única das forças trabalhadoras,

(1) *Meditazioni sociali*, Roma, 1944, p. 252.

a melhor garantia da vitória na luta contra a prepotência do capitalismo.

Mas o sindicato comunista fez pior. Provocou várias vezes, a derrota dos patrões para acabar com as resistências dos industriais e resolver as desavenças entre o capital e o trabalho, com a acção e comícios, com o único fim de provocar desordens e criar hostilidades e aversão contra a classe trabalhadora, que, segundo os métodos do bolchevismo, aparece como inimiga da ordem e esquecida do seu supremo postulado: a subordinação das partes ao todo, das classes à sociedade, do particular ao público.

«A acção de praça (tem razão o deputado Pastore na sua afirmação) pode servir para favorecer situações de desordem e até pré-revolucionárias, mas dificilmente serve para resolver as lutas sindicais, que têm a sua razão de ser nas reivindicações de carácter económico social fundadas no direito e muitas vezes incontestáveis, quando na discussão, se souber mostrar competência e conhecimento dos problemas» (1).

O sindicato comunista prejudicou os operários abusando do direito à greve, prescrevendo a nova e imoral forma de sabotagem, isto é, a não colaboração, estando sempre pronto para as agitações, impedindo desta maneira o saneamento económico da Nação.

Não é preciso demonstrar que esta diminuição na economia é de grande prejuízo para os trabalhadores. O sindicato comunista foi nocivo aos operários por ter imposto aos membros comunistas das comissões internas que tomassem sempre, segundo deliberação assumida, uma atitude negativa na questão da despedida, dando assim fácil pretexto à indústria confederada para considerar ineficaz o acordo, pelo qual se reconhecia o direito de os trabalhadores protestarem em todos os casos de despedimento quer individual quer colectivo.

(1) Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 7 de Fevereiro de 1950.

Há, além disso, uma longa série de intimidações ilegais, de violências claras e brutais, de prepotências de toda a espécie contra os organizados em sindicatos não comunistas, e em geral, contra a liberdade de aderir ou não aderir à greve. Os sindicalistas bolchevizados têm como obrigação e mérito imporem o abandono do trabalho, ou impedirem com a força, a entrada nas fábricas a todos aqueles que julguem injustificada certa greve; por isso, a livre disposição própria não tem valor algum, sem o *nada obsta* dos activistas do comunismo.

Pode dizer-se que prejudicar alguns crumiros significa dar vantagem a uma colectividade de trabalhadores; o interesse da classe deve prevalecer sobre o interesse individual. Se o interesse de classe, respondemos, deve prevalecer sobre o interesse dos indivíduos, também o interesse da sociedade deve prevalecer sobre o das classes, nela incluídas. Ora, o interesse de toda a sociedade seria prejudicado se se permitisse que a classe ou alguns dos seus membros violasse o direito do operário de dar o seu trabalho. Se não tem obrigações positivas para com os grevistas, não é por justiça obrigado a promover, com dano próprio, os interesses deles. Se, porém, está inscrito no sindicato que propôs uma greve legítima, poderá sofrer as sanções prescritas pelo regulamento sindical, mas nunca a imposição e a violência lesiva da sua liberdade.

* * *

Visto que o sindicalismo comunista se mostrou, quer a parte teórica, quer na parte prática, de tal modo invadido pela paixão política que perdeu de vista muitas vezes os interesses do trabalho (basta dizer que até combateu o plano Marshall), não podemos deixar de concordar com os sindicalistas que se esforçaram por criar e desenvolver um sindicalismo que não tenha outro fim, que não tenha outro intento senão servir a causa do trabalho. Como tal, deve romper os laços com que os fiéis sequazes

de Moscovo pretendem conduzir as organizações do trabalho; deve também, este autêntico sindicalismo romper todo o vínculo de sujeição nos confrontos com as formações essencialmente políticas de qualquer classe. No campo das competições políticas, o trabalho não deve vestir a libré de escravo mas o manto real do seu primado moral.

A 30 de Abril de 1950 realizou-se uma notável manifestação deste sindicalismo, que volta às suas límpidas fontes, quando a livre Confederação dos Trabalhadores, a Federação Italiana e a União das Federações Autónomas dos Trabalhadores italianos se fundiram numa só organização sindical, que se chamou: Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores (C. I. S. L.). O novo organismo pode orgulhar-se das suas grandes dimensões numéricas (além de meio milhão de sócios), como também do seu estado maior, formado por homens experimentados, há muito tempo, na milícia sindical; homens de clara visão duma política social, como brotou das contingências da hora presente, e sobretudo como é imposta pelas exigências da ética.

Com efeito, como o número dos inscritos e a perícia dos seus chefes e nova instituição tem objectivos claros, professa princípios não diferentes dos da moral, que sendo autêntica, é *naturalmente cristã*.

A independência de «qualquer influência externa, política ou ideológica», como também a proclamada «necessidade de rejeitar um sindicalismo fundado, inspirado ou dirigido por correntes políticas e ideológicas», não pode significar (como alguém pensa) neutralidade ideológica, quer dizer, indiferença perante qualquer sistema moral de ideias directrizes da conduta humana, mas plena independência do campo de acção de qualquer partido e de qualquer confessionalismo. Mais simplesmente: a nova confederação pretende não ter partidos e ser aconfessional, isto é, não quer ser um instrumento dum organismo superior político confessional. Por con-

seguinte, está aberta a todos os trabalhadores, nem exige de ninguém o bilhete dum determinado partido ou a profissão duma dada confissão religiosa.

A independência, a neutralidade, o laicismo no campo da concepção moral não se podem admitir no sindicato, como nem em qualquer associação, que não entre na categoria de delinquente. Com efeito, a actividade do sindicato não se pode desenvolver sem uma orientação moral, que, se não é ilusória, deve ter a sua origem na Causa primeira ordenadora do universo e reguladora de toda a liberdade.

Para alcançar a sua meta, a organização profissional deve seguir um caminho cheio de problemas que não é possível resolver sem as indicações da ética. As estipulações de trabalho, as greves, a organização científica do trabalho, a participação nos lucros, a co-gestão, a evolução social da empresa, a admissão dos trabalhadores à posse dos meios de produção; estes e semelhantes problemas encerram questões morais, sobretudo de justiça em todas as suas especificações.

* * *

Com o amoralismo sindical a C. S. I. L. condena o darwinismo de classe, que é próprio do genuíno marxismo. «Teremos, afirmou Canini (que foi presidente da assembleia criadora da nova união dos trabalhadores) a necessária compreensão dos interesses patronais com uma condição: que haja a mesma compreensão para os trabalhadores».

Temos neste caso um sindicalismo construtivo que não se deixa ofuscar pelo egoísmo de classe, como sucede, quando embriagado com o inebriante do comunismo. Certamente, a concepção do sindicato corresponde a uma exigência de ordem enquanto em si mesmo é uma instituição disciplinadora das relações entre o capital e o trabalho; relações que foram subvertidas pelo deplorado atomismo social. O sindicato não brotou para fomentar

o ódio perene, para conspirar sem tréguas contra a classe dos capitalistas.

O seu fim específico foi dar unidade orgânica às massas operárias, representar os seus interesses, garantir o melhoramento das condições na linha das consequências que brotam do conceito do valor pessoal do trabalhador.

Sendo, portanto, o sindicato uma força pode servir para construir e nunca para destruir. O comunismo com a sua visão errónea da luta de classes fez do organismo profissional uma catapulta para destruir — por meio da ilegalidade e da violência — a presente desinteligência social. Daqui a persistente loucura da agitação por meio das greves, pela ocupação ilegal das terras, pela invasão das fábricas, pela não-colaboração, que importa a produtividade unitária diminuída, o aumento do preço de custo, e por conseguinte, a impossibilidade para a economia de se impor no mercado externo em que triunfam os produtos mais baratos.

Procedendo assim, o sindicato comunista é coerente com o dogma marxista da luta de classes, considerada como lei normal, como processo fisiológico do organismo social, pelo qual a sociedade deve alcançar o termo da sua evolução definitiva. É evidente que a luta de classes é uma manifestação patológica, que se pode combater — como de facto sucede — e eliminar com o espírito de compreensão que deve animar todos os agentes da produção económica.

A luta de classes, como é apresentada pela ideologia comunista, é uma pura abstracção: *abstracção económica*, pela qual se descobre no operário só o produtor e não o consumidor solidário com as outras classes; *abstracção psicológica*, pela qual se atribui ao operário a causa egoísta do lucro sem as concomitantes inflexões dos sentimentos éticos pelos quais fraterniza com as outras classes; *abstracção sociológica*, pela qual a humanidade é claramente dividida em dois blocos: o dos possuidores e o dos não-possuidores, ao passo que, em rigor — com alguma rara

excepção — todos são possuidores; *abstracção histórica*, pela qual se consideram os povos e os séculos agitados por uma luta intestina de classes e se passa por cima das lacunas, em que domina a supina passividade de classes e não a sua luta.

Se, pois, a luta marxista de classes, como cúmulo de erros, é rejeitada por um sindicalismo que não é irracional, isto não significa que no campo da acção não deva ser admitida. Com razão a nova Confederação sindical proclama expressamente o direito à greve, quando, porém, constitui «a legítima defesa dos interesses de quem trabalha».

É legítima esta tutela, quando a greve constitui a *razão última* para fazer valer um direito evidente. É o que afirma o Sumo Pontífice Pio XII, que não proíbe aos operários a luta, contanto que seja «luta leal, isto é, que não suscite o ódio de classe, mas garanta à classe operária uma condição segura e estável, da qual gozam outras classes, e para que a classe dos trabalhadores faça parte da comunidade social com iguais direitos aos dos outros membros» (1).

* * *

Mas não basta que o sindicato conheça por princípio a natural solidariedade entre as classes; deve, além disso, se quiser ser fator de ordem social reconhecer o princípio fundamental, a condição *sine qua non* de toda a sociedade, isto é, a subordinação do interesse particular (quer do indivíduo quer dos grupos sociais) ao interesse geral de toda a comunidade nacional.

Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, lembra aos grupos profissionais este ensinamento basilar da filosofia social: «promover intensamente a cooperação da corporação da

(1) Discurso do Santo Padre às operárias de Roma no dia 15 de Agosto de 1945.

arte para o bem comum, isto é, para a salvação e prosperidade pública da Nação».

A nova corrente sindical anti-comunista seguiu esta orientação de racionalidade e de sabedoria. Declarou que «queria orientar o movimento sindical para o auto-governo das categorias, exercido no quadro da solidariedade social e das exigências gerais do País». Mante-mos boas relações com o governo, declarou Canini, sempre que os interesses dos trabalhadores sejam respeitados e protegidos».

Como é evidente, esta nova formação sindical não pretende ser um Estado dentro do Estado, ou pior ainda, contra o Estado, mas deseja deste modo harmonizar-se com ele e, ao mesmo tempo, coadjuvá-lo e ampará-lo nas suas múltiplas intervenções na esfera económica. Para isso, é necessário que o sindicato não seja só uma fortaleza de defesa do trabalho, mas também uma escola de formação social e económica. Deve dar-se conta dos problemas que surgem sobre as ondas agitadas da economia nacional e mundial, e dar às massas a real e precisa visão do mercado interno e externo. Deste modo se evitarão os frequentes e desastrosos erros, pelos quais os operários, iludidos por profissionais sem escrúpulos, causam agitações por causa de melhoramentos que vão de encontro às invencíveis condições económicas da ocasião.

Com efeito, quando o mercado, por um conjunto de circunstâncias, não permite, de modo nenhum grandes lucros, vai facilmente ao encontro da derrota ou de triunfos ilusórios, porque elevando-se conjecturalmente os preços, aumenta o desemprego; esvasia-ses o erário, devendo o Estado dar subsídios aos desempregados ou às empresas, se são obrigadas a aceitar operários ou empregados além das suas possibilidades. Tudo isto, vem a dar dano geral no particular dos próprios trabalhadores.

* * *

Todos os que sentem e desejam que a marcha do quarto estado se não paralize e não degenerem em desvios demagógicos, devem apresentar-se como fautores do sindicalismo livre e independente, que já começou, com os melhores auspícios, a sua carreira trabalhosa.

É isto um dever dos próprios núcleos patronais, sobre os quais pesa a responsabilidade de terem ontem explorado as forças do trabalho e de lhes terem hoje feito concessões, mas muitas vezes, à custa de lutas ferozes.

Esta obrigação deve, particularmente, ser tida em consideração por todos os que se gloriam de católicos, visto que as certezas que o católico possui não são um cúmulo de abstracções filosóficas ou de simples normas de formação exclusivamente individual, mas são doutrina de vida, que dão totalmente a vida a todos os planos sociais: individual, familiar, profissional, económico e político. O Evangelho, código de elevada moral individual e social, não pode deixar de atear na alma de quem o aceita e o vive a chama do apostolado dirigido à elevação dos humildes. Não é católico íntegro e perfeito aquele que fica indiferente perante o movimento de emancipação operária, e muito menos aquele que pretende impedi-lo desvirtuando, minimizando ou rejeitando inteiramente as exortações pontificias sobre o problema social.

As classes patronais não se devem opor mas favorecer o sindicato livre, não tanto para se oporem às correntes envenenadoras do comunismo, mas porque ele corresponde àquilo que com Toniolo poderemos chamar *a vocação operadora* do nosso tempo, chamada à realização da justiça social, que no presente momento histórico não se pode afirmar e manter sem as forças sindicais. É obrigação, sobretudo, dos operários subtraírem-se ao individualismo isolacionista e dar com o número decisiva eficácia ao sin-

dicato que se sacrifica pelos seus interesses e não pelos da U. R. S. S.

Há, infelizmente, muitos trabalhadores em quem a ideia de associação profissional não penetrou ainda. Daqui a necessidade de sábios organizadores desenvolverem a sua actividade neste solo virgem. A abundância exorbitante de especuladores e mestres das mais peregrinas excogitações do pensamento social, nós preferimos o escol numeroso e bem formado de homens de acção. Os muitos generais que pensam e traçam planos sem fim, e às vezes sem se realizarem, não são tão necessários para a vitória como os numerosos e decididos soldados de infantaria.

Desejamos entretanto, augurar que o movimento do sindicato único, que teve origem na C. I. S. L. atraia todos os outros organismos sindicais que não querem o jugo de Moscovo. Apesar das declarações da independência dos partidos, a C. I. S. L. foi considerada por alguns enfeudada ao partido dominante, assim como a Confederação de inspiração bolchevista está sujeita ao partido soviético ou filossoviético. Esta igualdade não existe como também não existe a denominação de confessionalidade que se atribui continuamente à mesma Confederação livre.

Não vemos, portanto, a necessidade dum persistente pluralismo sindical entre todos os que fora e acima de toda a gerência de partidos lutam pela nobre causa do trabalho.

CAPÍTULO II

O COMUNISMO DESTRUIDOR DE TODA A ALEGRIA NO TRABALHO

Os arengadores marxistas não se limitam só a clamar para dar a sua paz às Nações, vítimas dos incitadores da guerra de além-Atlântico, mas também a criá-la em cada empresa e tornar feliz o operário.

Entre as muitas utopias propaladas pelo socialismo científico, isto é, pelo comunismo, está a da futura organização do processo produtivo, em que o trabalho, introduzido no grande quadro da feliz sociedade comunista, livre de toda a impureza de egoísmo e de todo o peso cansativo, se tornará um alegre e agradável exercício desportivo.

Apenas termine a penosa *pré-história* da actual humanidade, o trabalho começará a sua *história*, com a fase definitiva do comunismo, que como harpa arrancará das cordas harmónicas os sons mais agradáveis: o sentido solidário e fraterno, o altruísmo magnânimo, o entusiasmo, a emulação, o ritmo espontâneo e sereno da *ansiada pax*. Naquela era feliz, o operário já não abandonará o trabalho, nem fará greves, mas correrá solícito para a fábrica, como o noivo corre ao encontro da noiva. A terra cheia de espinhos será apenas uma recordação, e o homem, graças à redenção soviética, já não comerá o pão com o suor do seu rosto, mas com o mel da alegria.

Contra esta nova idade de ouro comunista surge a objecção grave e decisiva. Que estímulo haverá para o trabalho produtor numa sociedade, onde não há patrões nem criados, nem ricos nem pobres, nem haverá o estímulo do proveito para alguns, nem o incitamento da miséria para outros nem a cobiça do lucro para todos?

O comunismo responde que o carácter penoso do trabalho se deve ao regime económico actual; transformado o sistema económico, o trabalho em si mesmo será agradável e interessante. Esta resposta vale tanto como a do médico que, para curar uma dor de cabeça, manda que se mude de barrete.

Que seja assim, vê-lo-á o leitor seguindo as nossas reflexões sobre a ideologia comunista. Ela não só não pode dar alegria ao trabalho, mas destrói-a por muitos motivos.

* * *

Não será inoportuno salientar, em primeiro lugar, a posição dos precursores do comunismo perante a objecção proposta. Os reformadores sociais, que se classificam com razão de *utopistas*, como Cabet, Morelly, Malby, Fourier e outros antecessores dos comunistas defenderam que o homem não tem necessidade de estímulo para enfrentar o esforço económico, porque é inato em si mesmo. Se, presentemente, a preguiça e a aversão ao trabalho são gerais deve-se às instituições sociais que tornaram o trabalho extenuante, excessivo, monótono e, o que é pior, objecto de especulação e de fraude. A economia moderna com a corrida desenfreada para o lucro, a máquina com a sua tirania, a estrutura despótica da empresa com a ausência de medidas higiénicas e de toda a consideração pessoal pelo operário, extinguiram a alegria do trabalho.

O trabalho é agradável em si mesmo, e pode constituir, como ensina Fourier, o encanto da vida e dar ao corpo e ao espírito as mais agradáveis satisfações. Organize-se o trabalho de modo a satisfazer as paixões dominantes do homem, quer dizer, a necessidade da contínua variedade, a necessidade da emulação astuta, a necessidade de satisfazer as exigências corpóreas e espirituais, e então o esforço do produtor será atraente como o do jogador

e o do atleta. Seguir-se-á uma sociedade feliz e livre em que o Estado deixará de existir (1).

A solução que o marxismo apresenta pouco difere da dos *utopistas*. Sem dúvida, Marx e Engels e outros grandes profetas da religião do trabalho não se entregam às bizarras paradoxais de Fourier, mas substancialmente não se afastam da teoria utopista. Concorde até com ela Tilgher em nada suspeito (2).

Com efeito, Lenine seguindo as pisadas de Marx e de Engels, descobre — na fase mais elevada do comunismo — o desaparecimento da luta entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e por conseguinte, a eliminação dum das principais causas das desigualdades sociais. Na expropriação dos expropriadores descobre a possibilidade dum gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, a ruptura deste desenvolvimento com o princípio da divisão do trabalho, a morte por marasmo senil do Estado, a transformação do trabalho em «uma primeira necessidade da vida», pela qual os homens «espontaneamente darão toda a actividade de que são capazes» (3).

Menos cauta, e às vezes ditirâmbica é a linguagem dos mais fiéis divulgadores da palavra marxismo, sobre o mesmo assunto. «O trabalho, escreve Bebel, organizado segundo os princípios da plena liberdade e igualdade democrática, onde um trabalha para todos e todos para um, produzirá uma emulação e um entusiasmo criador que não existe no moderno sistema económico. Esta alegria em criar deverá influir na própria produtividade

(1) FOURIER procurou traçar uma organização que se formaria de unidades elementares, que seriam as falanges, e cada uma formaria um falanstério; cada falange seria constituída por 810 homens e outras tantas mulheres, nem mais nem menos (Veja-se R. GONNARD, *Histoire des doctrines économiques*, Paris, 1939, p. 460 e segs.).

(2) Veja-se *Homo Faber*, Roma, 1929, p. 27.

(3) LENIN, *Stato e Rivoluzione*, Milão, 1920, p. 108-109.

do trabalho» (1). «Nós somos revolucionários, afirma Jouaux, no pleno sentido da palavra. A nossa concepção essencial é que não existe nada fora do trabalho e este é tudo» (2).

Há quem nos fale do trabalho pelo trabalho, isto é, o trabalho «não deve ter outro fim senão o próprio trabalho» (3). «Não há dúvida, afirma Tilgher, que na religião do trabalho pelo trabalho, a humanidade encontra paz, calma e alegria» (4).

Também De Man, que põe a claro as taras do marxismo, se firma no pensamento de reconduzir o trabalho à sua pretensa natureza, de passatempo e de divertimento. «A civilização dos povos primitivos e a psicologia da infância, diz ele, provam abundantemente que não é o conhecimento da parte prática do trabalho, que incita o homem ao esforço. Pelo contrário, o impulso para o trabalho parece que se desenvolve gradualmente e depois, se dirige para um fim económico como uma modificação do jogo da livre criação artística... Portanto o trabalho humano criou o agradável antes do útil, e deu a beleza e a alegria aos homens, ainda antes de lhes dar valores económicos» (5).

Como se vê, há plena coincidência entre os teóricos *utopistas* de ontem e os grandes mestres marxistas de hoje, acerca da natureza do trabalho e das possibilidades de o transformar em agradável emprego das energias humanas. Tanto estes como aqueles constroem sobre a areia do mais ingénuo optimismo; tanto uns como outros atri-

(1) A. BEBEL, *La donna e il socialismo*, Milão, p. 337-338. Modificámos alguma coisa o texto da tradução porque demasiado livre.

(2) *Populaire*, 16 de Setembro de 1932.

(3) A. BARATONO, *Fatica senza fatica*, Turim-Génova, 1923, p. 61.

(4) *Homo Faber*, Roma, 1929, p. 129.

(5) H. DE MAN, *Il superamento del marxismo*, Bari, 1922, vol. I, p. 57-58.

buem os sofrimentos do trabalho às instituições sociais; tanto uns como outros julgam poder desfazer-se da organização estatal, como dum traste já velho; todos, como já indicámos, apresentam um futuro cheio de rosas, em que o trabalho se tornará quase uma taça de prazer.

* * *

É evidente que esta paradisíaca visão, se lançarmos o olhar para a real natureza da operosidade produtora, é um produto da imaginação e da irracionalidade. Sob o seu aspecto económico, isto é, enquanto é dirigido à criação do útil, o esforço vai geralmente unido a algum sofrimento. Este pode ser mais ou menos grave e oscilar entre um pequeno incómodo e a mais viva sensação de esgotamento e de cansaço, cujas causas podem ser: a natureza do trabalho, a sua duração, a resistência com que depara, a atmosfera moral em que se realiza, as condições fisiológicas do trabalhador.

A investigação fisiológica descobre que o esforço continuado gasta as reservas do nosso organismo, altera a elasticidade e a coesão das fibras musculares, acumula elementos tóxicos, relaxa o sistema nervoso, gera, numa palavra, o cansaço, que é a pedra de toque do organismo ansioso de restauração. Este fenómeno manifesta-se, sobretudo no trabalho manual; mas também o trabalho intelectual, como é o do artista, do literato, do architecto, que não nasce do nada, absorve as calorias e sofre o peso das gestações dolorosas.

No jogo moderado, o cansaço não tem influências depressivas para o espírito; sucedendo no trabalho, inversamente, porque é imposição do nosso livre alvedrio, uma imposição que é trabalhosa e mortificativa para o eu inclinado ao orgulho. Portanto, a mesma actividade, por exemplo a escalada dum monte, será para o alpinista agradável desporto, para o guia será ordinariamente pouco agradável e às vezes muito penosa.

Não só a fisiologia, mas também a psicologia e a história atestam como é penoso o trabalho. Mostram, de facto, a relutância do homem ao esforço, se imposto por exigências físicas ou coacções morais. Quanto mais livre se mostra a natureza nas populações não civilizadas, tanto mais tempo permanece nas piores condições de vida pela repugnância ao trabalho.

Entre os selvagens prefere-se antes o esforço violento e fulmíneo da agressão depredadora do que o esforço sistemático e contínuo, porque o primeiro constitui ou parece constituir um sacrifício menor. Entre os povos, onde é mais progressiva a civilização, a aversão ao esforço necessário manifesta-se de muitas maneiras, embora seja diminuída pelas crescentes necessidades e pelo elevado teor de vida. Quantas dificuldades não têm os educadores para habituarem a juventude ao estudo! Que necessidade imperiosa de prémios, de sanções, de incentivos de toda a espécie para levar o homem a amar o trabalho!

Se é um facto experimental que a dor vai junta com o trabalho, a sua natureza não é tal que exclua toda a eufórica sensação de alegria.

A aplicação das faculdades à produção de bens ou de serviços, numa palavra, à formação do útil, precisa dum impulso com que se passa da potência ao acto, que ordinariamente não se dá sem certa satisfação e sentimento agradável. O artista que reproduz os seus sonhos de beleza na matéria, e o artífice que acompanha o seu trabalho com o canto, gozam horas alegres. A alegria brota não imediatamente do esforço corporal ou intelectual, mas directamente da consideração da obra realizada, da vitória alcançada, isto é, das vantagens a tirar: «O ser humano, escreve De Man, goza com mover-se, com variar rítmicamente a tensão e o relaxamento dos nervos, e compraz-se em transformar as suas circunstâncias com o próprio trabalho, com descobrir novas causas, com objectivar as imagens queridas e criadas por ele. Tudo isto acrescenta às satisfações mais elementares da necessidade

fisiológica o gosto das alegrias mais elevadas e mais conscientes que é levado a procurar o instinto da própria estima» (1).

Portanto, o estudo da natureza do trabalho leva-nos a reconhecer nele o carácter penoso e, ao mesmo tempo, eudemonológico. Por conseguinte, o comunismo não só não pode suprimir o primeiro, mas, segundo a sua ideologia, deprime o segundo quando o não destrói. A respeito do carácter penoso do trabalho podemos afirmar que se trata dum carácter histórico e contingente, visto que a sua verdadeira e originária natureza seria a mesma do jogo, como defende De Man.

Esta concepção do trabalho, deve-se à absurda metafísica do idealismo, segundo o qual as actividades, embora tendentes para os objectos mais diferentes, identificam-se, porque exprimem a unidade do espírito humano. É evidente que a necessidade da subsistência, a procura do útil são exigências primordiais. Não assim a necessidade de se expandir e de se projectar fora, como sucede no jogo. Portanto, fazer do trabalho uma simples variedade de passatempo é uma proposição inconsistente. O homem pretende primeiro viver e depois viver melhor.

Não menos infundada é a afirmação de que a mudança de ambiente e de regime económico, como a dos auxílios e dos progressos da técnica, eliminarão toda a dificuldade na acção produtiva do homem. Embora o automatismo da máquina tenha de substituir inteiramente a actividade muscular, ficará sempre ao homem a obrigação de vigiar o seu funcionamento, vigilância que não se resume certamente num alegre divertimento, pois importa dispêndio e esgotamento da energia nervosa.

A ciência e a técnica podem, certamente, indicar as condições necessárias para uma organização psicofisiológica do trabalho cada vez mais progressiva; podem não

(1) H. DE MAN, *Il superamento del marxismo*, Bari, 1922, vol. I, p. 57.

só combater o cansaço mas descobrir um conjunto de providências e medidas que despertem o interesse do operário e a atracção do trabalho. Deste modo ter-se-á uma redução dos sacrifícios que ele impõe e não já a integral e perene eliminação e muito menos a metamorfose do trabalho num divertido passatempo e num recreio.

Muitas são as fontes produzidas e reavivadas pela técnica, donde brotam as amarguras do trabalho; o génio do homem revela-se impotente para as anular a todas.

* * *

A teoria comunista não só não pode defender-nos e premunir-nos contra todo o incómodo do trabalho, mas logicamente, tende a exacerbá-lo destruindo as principais fontes da alegria. A filosofia materialista, na qual está incluído o marxismo, faz da função económica a própria essência do homem. Para Marx, no produtor esgota-se sem deixar resíduo algum, o ser humano, que se realiza, se desenvolve e se aperfeiçoa no trabalho (1); deveria, pois, a actividade económica ser a plena e suprema satisfação do trabalhador.

Mas este ser, essencialmente produtor, na organização comunista está submergido na massa; torna-se um simples objecto nas mãos duma oligarquia legisladora; perde a sua personalidade, sofre no trabalho a deplorada *alienação* de Marx, vendendo-se e imolando-se sobre o altar do novo capitalismo. A perspectiva do fim que costuma ser elemento de alegria, não tem força alguma no regime comunista, por ter perdido o carácter social individual. O racionalismo marxista é tão ingénua que julga que o motivo e o fim colectivo, como seria a defesa da revolução ou o interesse da comunidade, podem substituir o motivo e o fim individual e desenvolver maior eficácia.

(1) Veja-se C. MARX, *Ideologia tedesca*, Milão, 1946, p. 46.

Objectivos deste género são demasiado fracos para que possam entusiasmar as multidões trabalhadoras; podem exercer algum poder sobre certos espíritos isolados. Com efeito, o burocrata que serve a comunidade nacional, ou o jardineiro que cuida dos jardins públicos não parece que trabalhem com mais interesse do que qualquer operário duma empresa particular.

O bolchevismo, como é sabido, teve de adoptar os métodos do odiado regime burguês para estimular ao trabalho; chegou até, julgando insuficientes os incentivos dos salários, a recorrer às mais graves sanções e à disciplina militar dos regimentos operários.

* * *

Considere-se, além disso, que o operário plasmado pelo comunismo é um ser inteiramente afastado das várias instituições que suavizam as dificuldades da luta pela vida e criam serenidade e alegria no próprio ambiente do trabalho. O operário ideal do marxismo é arrancado à família, que se transforma numa convenção arbitrária e passageira. Não seria senão o produto do actual regime económico, réu de todas as desigualdades sociais, sobretudo das distâncias económicas, por causa dos patrimónios familiares.

A família cristã e a própria família natural com a organização jerárquica, com o vínculo conjugal perene, com os direitos anteriores ao Estado, com o enquadramento ético jurídico próprio, não têm justificação alguma na doutrina marxista. Com a involução e a decadência da presente organização económica, afirma o marxismo, a família desintegrar-se-á pouco a pouco até se reduzir, com o triunfo definitivo do comunismo, a uma relação voluntária para todo o chefe de família, que pode, quando quizer, contrair ou desfazer, unicamente segundo as normas do instinto. Não pode ser doutra maneira. Sob o

ambiente materialista só pode viver o amor livre, isto é, o individualismo desenfreado e animalesco.

Por isso, num mundo onde não existe a família, perde-se, para muitos, o tónico que dá vigor e entusiasmo para o trabalho mais ingrato. Com efeito, a consideração dos fins é fonte de alegria para o trabalhador. O pensamento do trabalho cria o bem-estar para a esposa e filhos, para o qual tendem os sentimentos humanos desde a mais viva sensibilidade ao maior ideal. Este pensamento dissipa as preocupações e torna leve o trabalho. Este elemento de alegria é subtraído ao trabalho na sociedade onde se realiza plenamente o comunismo; como fim do trabalho só fica o eu ou a comunidade, mas nem um nem outra podem ter um valor eudemonológico igual ao da família.

* * *

Outra instituição que oferece horas tranquilas e alegres à vida laboriosa, é a propriedade. O instinto da liberdade, da independência e da segurança leva o homem a procurar a sua satisfação na apropriação estável de qualquer bem em que emprega as suas energias e prolonga, em certo modo, o seu ser. Todo o mundo da natureza sub-humana tem uma inclinação essencial para servir a humanidade; parece que Deus, ao criar o mundo com todas as plantas e animais, imprimiu no mais íntimo, na própria substância das coisas o desejo de serem utilizadas pelo homem. Este, por sua vez, enquanto satisfaz, com o trabalho, a íntima vocação da natureza que o rodeia, corresponde à exigência incoercível da apropriação.

Pelo contrário, o comunismo, socializando os bens económicos, desprezando o direito natural de propriedade, tira toda a perspectiva ao operário de construir uma casa, de gerir uma loja, de cultivar os seus campos; quer dizer, suprime o trabalho alegre e atraente, como é o do artífice e do agricultor proprietário da terra que cultiva.

Não existe, certamente, trabalho que se abrace com mais alegria e facilidade do que o trabalho do artista e o trabalho rural independente. «Esta conversão da propriedade particular em propriedade colectiva, lemos na *Rerum Novarum*, tão preconizada pelo socialismo não tem outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu património e melhorarem a sua situação».

* * *

O crime mais grave perpetrado pelo comunismo com prejuízo do trabalhador não é arrancá-lo à família e à propriedade, mas tirar-lhe o bem absoluto, Deus.

O vazio imenso e as trevas que o ocaso de Deus deixam na consciência do operário significam que desaparece o sentido mais profundo e o valor supremo do seu trabalho quotidiano, e com isto a mais copiosa e inebriante fonte de alegria. A metafísica materialista, cruel e flagrante mentira, tira todo o sentido à vida, pesa como chumbo sobre o próprio esforço do trabalho. O produtor de Marx, obrigado a fechar-se no mesquinho e vulgar campo económico, encerrado na prisão da matéria, não sabe libertar-se e imunizar-se contra a passividade tirânica da matéria.

O trabalho tem um fim imediato e específico, a satisfação das necessidades terrenas da vida presente. Sem dúvida, esta significação utilitária tem a sua importância, se é verdade que o mesmo exercício da virtude necessita do auxílio económico. Mas o trabalho não se limita a este fim, embora assim o pense o monismo, que é simplesmente um fim intermediário posto ao serviço do fim definitivo da vida, que é o serviço de Deus, serviço que tem como meio a perfeição da pessoa e como consequên-

cia necessária, no outro mundo, a plenitude beatificante da alegria.

Enquanto o trabalho para o marxismo é uma actividade que se não distingue da do cavalo atrelado ao carro ou da do boi preso ao arado, para a filosofia cristã o trabalho ultrapassa a esfera económica e torna-se obrigação moral, colaboração, como causa segunda, da Causa primeira; por conseguinte, complemento da própria obra da criação.

O trabalho para o cristão, seja embora o mais modesto, pode ter um valor e um prémio que transcende a natureza, o tempo, o finito para ir até à sobrenatureza, ao eterno, ao infinito.

Como a visão dos fins é a causa principal que torna atraente e agradável o trabalho, não pode deixar de ser agradável àquele que descobre um mérito eterno no esforço momentâneo e transitório. Deste modo o trabalho, para o crente, despoja-se de toda a sombra que deprime ou humilha, e se transforma em ordem a um mundo melhor. Assim se explica o entusiasmo religioso com que o trabalho foi promovido com o advento do Cristianismo.

É bem conhecida a história do monaquismo que beneficiou toda a Europa. Cada abadia medieval era um asilo de oração, um centro de estudo, um laboratório onde se refugiavam as artes e as indústrias, uma empresa redentora e cultivadora da terra. Como os grandes exemplos são sempre suscitadores de emulação, à volta dos mosteiros florescia o trabalho, e o entusiasmo por ele irradiava em toda a sociedade medieval.

Na Itália, particularmente, o trabalho teve por meio dos beneditinos um desenvolvimento maravilhoso. Sem verbas do Estado, sem pretensões a grandes compensações, sem multidões de burocratas, sem maquinismo, sem estradas, sem estímulos de honrarias, as falanges beneditinas secaram os pântanos, desviaram cursos de água, transformaram selvas em prados e jardins; ao mesmo

tempo, ensinaram os bárbaros, antes manejadores brutais da lança, o trabalho pacífico do arado.

Esta alegria do trabalho não parece ser possível na sociedade que não acredita nas perspectivas do Além. Nela, mais cedo ou mais tarde, será necessária a férrea disciplina da lei para assegurar o trabalho, que o tornará mais difícil e transformará a comunidade num imenso campo de trabalho forçado.

* * *

De Man, o insigne psicólogo do proletariado, escreve que todas as questões sociais da história só são aspectos diferentes do problema social, que, em suma, as excede e resume a todas; problema que ele formula nesta simples interrogação: «Como pode o homem encontrar a felicidade não só *com* o trabalho mas também *no* trabalho?» (1).

Se assim é, (e na nossa opinião não pode ser doutra maneira) qualquer sistema que, como o marxismo, apaga a luz do absoluto e se esconde no cego subterrâneo da concepção materialista da vida, é radicalmente incapaz de resolver o problema social. Com efeito, a felicidade do trabalho não pode ser causada só por motivos externos e por elementos exclusivamente económicos. Não há redução de horários, aumento de salários, confortáveis condições de empresa, seguros sociais que possam suprimir todo o incómodo do trabalho.

Só a verdade religiosa, que apresenta ao pensamento as inebriantes certezas dum futuro melhor e eterno pode suavizar-lhe toda a pena e transformar em alegria os seus sofrimentos. Não é no Evangelho de Marx, mas no de Jesus Cristo, não é no *Capital*, mas no Sermão da Montanha que se encontram as bem-aventuranças.

(1) H. DE MAN, *Il superamento del marxismo*, Bari, 1922, vol. I, p. 58.

CAPÍTULO III

O COMUNISMO OPRESSOR DA MULHER

A obra que o comunismo tem em vista é certamente titânica e portentosa. «Trata-se (escreve o órgão filo-comunista) de fazer brotar do «seio» do proletariado uma nova sociedade, uma nova dimensão social... a dimensão humana, a dimensão duma libertação universal» (1).

Entre as estupefacientes invenções que os homens poderão admirar nesta empresa libertadora, teremos a da mulher modernizada e ornada pelo génio marxista. Para ele, a religião com as loucuras e superstições do Além, com o seu antipático ascetismo obscurece e faz murchar o alegre espírito feminino e condena a mulher a uma inferioridade manifesta perante o homem. O comunismo pretende remediar estes males apresentando um novo modelo de mulher perfeitamente livre de toda a escravidão dos trabalhos domésticos, da escravidão da educação e cuidado dos filhos, da escravidão da autoridade do marido; livre, sobretudo, de toda a acção narcotizante da religião.

Tratar-se-ia da empresa nobilíssima, de emancipar, de remir o sexo belo reivindicando os seus direitos e dando-lhe plena consciência do seu valor.

Infelizmente, tal missão restauradora da mulher já chega muito tarde. Muito antes de Marx, de Lenine, alguns decénios antes da musa de Virgílio ter cantado o ocaso da *férrea gente* e ter saudado a aurora da *excelsa geração* começava a marcha triunfal duma doutrina, que ousava afirmar que torna livres todos os que a quiserem aceitar. Nunca, como então, ressoou pelo mundo tão solene e

(1) *Marx-Engels non è una ditta*, in *Avanti!*, 15 marzo 1951.

alto o grito de igualdade e de liberdade. *Todos sois irmãos* (Mat. XXIII, 8) dissera o divino Mestre, e o seu ardente e lutador discípulo fazia justiça sumária às discriminações criadas entre os homens pelo orgulho. *Não há judeu, nem Grego; não há servo, nem livre; não há homem, nem mulher* (Gál. III, 28). Com a propaganda evangélica inaugura-se a ascensão do sexo feminino; por ela e com ela a mulher sobe ao vértice supremo do mais alto respeito devido à sua dignidade pessoal.

Qualquer outra doutrina acerca da mulher, que se não enxerte na ensinada pelo Filho do Homem, ou que se lhe queira opor, é vã e rematada loucura. Quando o sol se levanta sobre o horizonte, diminui a pequena chama que só pode fumejar e reduzir-se a uma pouca de cinza. Tal é a ideologia comunista perante o ensino da Igreja acerca da mulher. O comunismo gloria-se de nos oferecer a mulher emancipada, mas sob esta emancipação depressa se descobre a escrava do homem, a vítima e o brinquedo. A mulher, na sua plena acepção etimológica de senhora, só se encontra no clima integralmente cristão.

A comparação entre a mulher elevada pela acção moralizadora da Igreja e a ideada e plasmada pelo marxismo e leninismo demonstrar-nos-á que o comunismo não liberta a mulher, mas a escravisa.

Quando os Apóstolos se espalharam pelo mundo a anunciar a mensagem cristã, a mulher atingia o limite da degradação social e moral. Mesmo onde a acção civilizadora atingia o mais alto nível da cultura helénica e românica a mulher, despojada de toda a sua dignidade, estava sujeita a um conjunto de coacções jurídicas, morais, religiosas e sociais, que desvirtuavam a sua missão e sua grandeza.

Certamente, a degradação humana não chegou em toda a parte, aos últimos limites da depravação e depressão da mulher; houve excepções, muito reduzidas, no tempo e no espaço; deu-se até a adoração da mulher; mas trata-se

de casos raríssimos na universal abjecção do mundo feminino.

Com o advento do cristianismo a elevação da mulher começa mediante um processo gradual e rectilíneo sem clamorosas agitações, sem vítimas nem sangue. A dignidade pessoal da mulher, juntamente com a da criança, do escravo, do vencido, do estrangeiro, do inimigo, depressa se afirma sob a sua influência espiritualizadora, como uma flor que desabrocha ao beijo do sol primaveril.

Em primeiro lugar, a nova religião assegura à mulher a sua condição de esposa e mãe. Coloca-a no centro da família, declarando, em termos categóricos, a igualdade dos direitos e dos deveres conjugais. *Assim como o homem, diz S. Paulo, é o senhor da mulher, assim a mulher é a senhora do homem (I Cor. XI, 3). A mesma escravidão, dirá S. Agostinho, julga-se pela mesma condição.*

O grande Apóstolo, a par do princípio absoluto da igualdade dos dois sexos na recíproca fidelidade, estabelece o princípio da subordinação: *o homem é a cabeça da mulher*. Subordinação que não brota da inferioridade e incapacidade feminina, mas da imperiosa exigência de todo o organismo social, que se não mantém sem a unidade directiva; subordinação que não tem nada que ver com a *manus romana* e com o *mundium alemão*; subordinação que não significa subserviência da esposa ao esposo. Sendo este cabeça não significa senhor que possui, mas timoneiro que dirige a rota; e a mulher que consente na direcção do marido, não se torna escrava nem menor, como não é escravo nem menor o cidadão que obedece à autoridade pública, a não ser que se pretenda justificar o postulado da teoria anárquica, em que a autoridade e liberdade são essencialmente inconciliáveis, e subordinação e escravidão são sinónimos.

O cristianismo, além da unidade monogâmica, impôs a estabilidade e a perpetuidade do matrimónio, isto é, a indissolubilidade exigida pela necessária relação que

une o tálamo ao berço. Na defesa heróica deste carácter essencial do vínculo matrimonial, mesmo contra as próprias pretensões do orgulho onnipotente dos tronos, a Igreja reivindicou e confirmou os direitos do sexo feminino. O cristianismo fundou o matrimónio e assegurou a sua missão sobre três bases: igualdade, unidade e indissolubilidade. Mas fez mais. Quis transfigurá-lo elevando-o a uma concreta significação do divino: fê-lo sacramento. As relações entre o esposo e a esposa, entre o pai e a mãe, purificaram-se, completaram-se e impregnaram-se dos transcendentais ideais do amor, o qual, livre das flutuantes inconstâncias do sentimento e fundido com o dever, assumiu um alto valor ético e religioso.

* * *

A Igreja, além da única rainha do lar doméstico, constituiu outro tipo de mulher, o cândido tipo de beleza das coisas intactas: a virgem cristã. A Igreja, cuja história começa com uma Virgem, mostrou sempre o atractivo e preferência para a Virgindade, que o homem seduzido pelos sentidos jamais saberá justificar.

Esta virtude, antes do Cristianismo e fora dele, não encontrou grande ambiente; muitos povos consideraram-na como uma deformidade moral. Roma contentou-se com honrá-la, num restrito e pequeno grupo de vestais (seis apenas), que depois de trinta anos de serviço religioso podiam contrair matrimónio. Virgindade não só numericamente insignificante, mas sujeita à espada de Dâmo-cles das mais graves sanções, para proteger a sua fidelidade.

O Cristianismo fez brotar, em toda a parte, à sua passagem, a virgindade pública. O mundo pagão corrompido e enfraquecido pelas corrosões implacáveis do sensualismo, assistiu maravilhado ao milagre duma corrente de água límpida e tersa que atravessou o mundo sem se turvar. Não se trata de exemplos esporádicos,

mas dum escol, de exércitos, dum movimento virginal que nasce no berço do Cristianismo e continua em todas as classes, das mais modestas às mais elevadas e opulentas, prolongando-se de século em século, crescendo em intensidade e em extensão.

Desta corrente de idealismo cristão nasceram em grande número as fundações de mosteiros no Oriente, primeiro; e depois em todo o Ocidente. Na idade média, sobretudo, houve como nunca uma floração de comunidades de virgens que muito contribuíram para o bem comum da sociedade. Cada convento ou associação religiosa estava patente a todas as mulheres sem família, constituindo um asilo, onde as servas da Igreja conseguiam a libertação.

Hoje estas milícias femininas, estes exércitos de pureza e de força moral chegam até nós. Apesar do triste período de notável enfraquecimento do sentimento religioso e do avassalador humanismo terreno, livre de toda a relação transcendente, apesar das perseguições do estatismo anticlerical, o escol de mulheres de eleição aumenta cada vez mais, juntando-se em variadíssimos institutos, com regras, denominações e fins diversos, mas com uma só bandeira: A bandeira da virgindade.

* * *

A virgindade é, certamente, uma manifestação de força e de domínio da ideia sobre o sentimento, um vivo protesto contra o materialismo dominante, um eloquente apelo que reaviva as nostalgias do alto, o calor dos ideais superiores. A força perante o mais indómito instinto, como é o da própria conservação, a força perante a morte, foi uma virtude conhecida antes do cristianismo; foi-se até ao excesso, mas foi uma coragem, uma força geralmente reservadas ao sexo masculino. A mulher cristã nesta virtude eminentemente viril rivalizou com o homem. O Cristianismo deu-nos a mulher forte, a mulher de

força máscula e heróica, que sofre a mais terrível tortura e a própria morte para obedecer a um ideal.

A mártir é a novidade maravilhosa e exclusiva da Igreja, o mais nobre triunfo do sexo feminino, a afirmação heróicamente constante da liberdade e da dignidade da mulher.

Não se trata de cego fanatismo, de exaltação emotiva e perturbadora, que escapa ao domínio das faculdades superiores do espírito, mas dum estado de alma consciente das suas responsabilidades, dominadora serena dos sentidos, que entre o presente e o eterno, entre Deus e César, entre o absoluto e o relativo caduco e efémero escolhe, custe o que custar, o que a razão e a Fé exigem: o eterno, o divino, o Absoluto. Se se quiser impor a uma rapariga um gesto, um sinal sequer, que signifique renúncia às próprias convicções, é um atentado contra a liberdade de consciência, é uma violação da dignidade pessoal do ser humano, e a mulher cristã, consciente do seu valor não se sujeita ao despotismo dos tiranos, vai à morte e salva assim a liberdade da consciência. É uma esplêndida vitória do direito sobre a espada, do espírito sobre a matéria!

* * *

Marx escreve que a religião é o *ópio* que faz dormir e Lenine diz que é o *narcótico* que imobiliza. É, precisamente, este ópio, este narcótico cristão que, depois de ter coroado a mulher com a dignidade de esposa e de mãe, não divide com outros o domínio do coração do homem, mas com a auréola da virgindade e do martírio, cria a mulher de acção, a apóstola, a activista.

«Quando, durante três séculos, escreve Ozanam, os homens cristãos e pagãos se habituaram a ver as mulheres cristãs no pretório como mártires, na igreja como virgens, em toda a parte a visitar os pobres e ir ao encontro da miséria para a socorrer, deixaram-nas então passar

sem as cobrirem de vilanias e de insultos, como enviadas do céu que atravessam o mundo só fazendo bem; já não havia perigo nas ruas da cidade, onde antes as matronas romanas deviam passar em liteiras levadas por vigorosos braços de escravos alemães e franceses que as defendessem dos insultos dos transeuntes. Manteve-se então o respeito e puderam usá-lo para exercer a magistratura da caridade, que conservaram até aos nossos dias» (1).

O Cristianismo não é frio, não é budismo frouxo e árido, que pretende afogar todo o sentimento e desejo do indivíduo, que se deve aniquilar no nirvana. A religião de Cristo — profunda e integralmente humana — não pretende destruir os movimentos passionais do eu, mas a discipliná-los e a subordiná-los ao imperativo da razão e da fé. Por isso, pôde utilizar toda a viveza de sentimento da mulher, toda a exuberância do coração, pela qual corre para onde houver lágrimas a enxugar, almas e corpos a socorrer.

Ao lado dos primeiros arautos do Cristianismo já colabora um grupo de mulheres, embora em missões modestas, que ricas de arrependimento ou de inocência seguem os primeiros mensageiros inspirados, e participam dos seus trabalhos e perigos. Abrem as suas casas, oferecem os seus recursos aos primeiros grupos de fiéis com entusiasmo maternal. Sobretudo as viúvas têm nas igrejas atribuições de relevo, como a participação no trabalho administrativo, a distribuição das esmolas, a instrução religiosa das crianças e a assistência aos doentes.

À medida que o Cristianismo se vai estendendo por toda a parte, a cooperação feminina torna-se mais eficaz e multiforme a favor da civilização cristã.

O próprio Bebel, tão hostil a tudo o que é cristão, não cessa de admirar a actividade da mulher no apostolado social e religioso. «Aqueles que exaltam o Cristia-

(1) A. F. OZANAM, *La civiltà nel V secolo*, Turim, 1891, p. 401.

nismo como uma grande conquista da civilização, escreve, não deveriam esquecer que é precisamente às mulheres, que ele deve grande parte dos seus êxitos. O seu zelo pela conversão foi muito eficaz no império romano, nos primeiros tempos do Cristianismo, e entre os povos bárbaros da idade média, e por seu meio se converteram os mais poderosos» (1).

Para compreender a acção admirável da mulher na dilatação do Cristianismo seria preciso percorrer toda a história da Igreja. Ainda hoje a mulher cristã manifesta o seu grande zelo na vitória da causa da afirmação evangélica. Presentemente, as mulheres organizadas em muitas e variadas instituições religiosas, exercem o apostolado da caridade, da assistência, da educação e da conversão dos infieis. Nas missões dependentes da S. C. da Propagação da Fé, contam-se 61.577 Irmãs, (2), que desenvolvem o seu trabalho socialmente benéfico nas escolas, nos orfanatrófios, nos hospitais, nas leprosas e nos hospícios de toda a espécie.

Não só as mulheres do claustro, mas também as do laicato, em múltiplas associações ou isoladas, empregam as forças ou a parte não exigida pelos deveres da família, na elevação material, moral e social do povo. A mulher cristã no vasto quadro da Acção Católica, como no das actividades sociais, sabendo conscientemente que é auxiliar do homem, na reavivada sensibilidade das novas necessidades da sociedade civil, desenvolve animosa as suas energias, para o triunfo da toda a causa nobre. Até na acção política a mulher cristã se manifesta, quando as suas peculiares condições e cultura adequada lho permitem.

Afinal, a religião cristã (especialmente na sua perfeita expressão, na Igreja católica) arrancou o sexo femi-

(1) A. BEBEL, *La donna e il socialismo*, Milão, 1891, p. 60-61.

(2) Veja-se *Le Missioni Cattoliche*, Agência Internacional Fides, Roma, 1950.

nino à degradação infligida pelo paganismo, e a elevou tanto que a tornou um grande propulsor do progresso moral e religioso, uma das maiores forças civilizadoras da história.

Era possível fazer mais? O comunismo responde que o cristianismo, quer no campo social, quer no da emancipação da mulher atraçou a sua missão. Está, pois, a libertação do mundo feminino reservada à acção que obedecer às indicações da ideologia marxista. Mas se nós, depois de termos traçado o quadro luminoso da mulher cristã, examinarmos o que oferece o marxismo e o leninismo, temos de concluir que a decantada emancipação se resume na desmoralização e escravidão da mulher como sucedeu no paganismo.

Um dos maiores glorificadores do bolchevismo, Máximo Gorki, assim saúda a aurora do humanismo proletário na União soviética: «Nos nossos dias, perante o Estado surgiu ameaçador, histórica e cientificamente fundado, o humanismo genuíno e universalmente humano, o humanismo proletário da Marx — Lenine — Estaline, o humanismo cujo fim é a plena libertação do povo trabalhador... Pela primeira vez, em toda a história da humanidade se organiza, como força criadora, o genuíno amor dos homens; tem em vista a libertação de centenas de de trabalhadores do poder desumano e sem sentimento duma minoria insignificante; aponta a centenas de milhões de operários, que foi este trabalho quem criou todos os valores da cultura universalmente humana do socialismo, a qual levanta inabalavelmente a fraternidade e a igualdade do povo trabalhador» (1).

Infelizmente, a libertação de que fala o famoso escritor russo, o genuíno amor entre os homens, a fraternidade só se vêem no papel ou se ouvem nos comícios; de facto, o humanismo marxista, ou proletário se assim

(1) Veja-se *Il Cristianesimo nell'Unione Sovietica*, Roma, 1948, p. 191-192.

se quizer chamar, não produz senão aviltamento ou escravidão no mundo feminino. Assim o atestam testemunhas comunistas ou filo-comunistas, como André Smith, Brice, Parain, André Gide, o secretário geral da *Trade Union* inglesa Walter Citrine, Kleber Legay e outros insuspeitos, que visitaram a grande pátria do proletariado e nos falaram das miseráveis condições do homem soviético, às quais a mulher se não pôde subtrair.

Quando o naufrágio da liberdade é universal, como sucedeu na Rússia soviética, não só o sexo feminino é incluído na comum escravatura, mas pelas suas especiais condições, tem sempre a pior sorte. Eis o que escreve Kleber Legay, mineiro autêntico e presidente do sindicato dos mineiros do Norte da França, que pôde julgar no próprio meio: «O que mais profundamente me impressionou lá, e quero já dá-lo a conhecer, é o trabalho imposto às mulheres. Vimos muitas a trabalhar no fundo das *minas* (1), em ofícios — diziam-nos — muito leves, mas vimo-las a quebrar *pedra com a picareta*. Vimo-las de *noite*, de dia e em toda a parte, até nas oficinas a trabalhar nos *fornos Martin*, em *desaterros*, a *ajudar os pedreiros*, a *cavar e a tirar com pás a terra na construção das estradas*, a reparar os caminhos de ferro *carregando com os carris sob as ordens dos homens*. Vimo-las ocuparem-se em trabalhos de estradas na cidade de Moscovo. Ficámos profundamente impressionados, e pedindo uma explicação aos responsáveis, disseram-nos que na Rússia a mulher é igual ao homem... Julguei (sem esperar a ocasião de comunicar pormenorizadamente aos militantes do meu sindicato o que vi na Rússia) que devia dar a conhecer tudo isto, pois esta situação imposta à mulher existe em todas as profissões e parece-me que está acima do *socialismo verdadeiramente humano e da igualdade dos direitos entre o homem e a mulher*» (2).

(1) O cursivo e o seguinte é de LEGAY.

(2) Citado por H. ISWOLSKY, *Femmes soviétiques*, Paris, 1936, p. 17-18.

Também o deputado Aldo Cucchi que abandonou o partido comunista, mas não o comunismo, nas memórias da sua viagem à Rússia escreve: «Perto de Kiew vimos um grupo de mulheres a construir um troço de caminho de ferro. Algumas levavam as chulipas às costas, outras colocavam os carris. Durante o percurso da viagem vimos grupos de operárias empregadas em trabalhos pesados, como por exemplo, na reparação do saneamento» (1).

Também o embaixador dos Estados Unidos, Davies, em 1937, numa viagem oficial pela Ucrânia, salientava que nas grandes empresas por ele visitadas, trabalhavam mulheres em grande número e faziam exactamente o mesmo trabalho que os homens.

* * *

Estas experiências soviéticas são apenas aplicações lógicas do marxismo integral aceite, ao princípio, com o mais louco fanatismo pelos reformadores soviéticos. Segundo esta doutrina a família é suprimida, porque instituição eminentemente burguesa. O *Manifesto* de Marx tem palavras ardentes contra a família baseada sobre duas colunas opressoras: o capital e a apropriação pessoal e tem como complemento necessário a falta de vida familiar entre os proletários e a prostituição pública.

Engels, amigo e colaborador de Marx, na obra sobre a *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, apresenta o matrimónio como uma instituição de prostituição, na qual assim como gramaticalmente duas negações fazem uma afirmação, duas prostituições valem uma virtude. A família individual é a escravidão mais ou menos dissimulada da esposa, escravidão que se não pode eliminar sem a ocupação de todas as mulheres na indústria

(1) *Il Tempo*, 14 de Abril de 1951.

pública, que, por sua vez, exige a eliminação da família como unidade económica.

A família deve, pelo processo de desintegração, reduzir-se à forma social, isto é, à união livre e transitória, que não sofre a autoridade do marido nem alguma estabilidade coactiva de convívio, mas o espontâneo conhecimento das vontades. A instituição de cozinhas colectivas, de refeitórios comuns, de jardins de infância, de casas para educação de crianças, subtrairão a mulher, como quer Lenine, à escravidão do lar doméstico e à grande parte das exigências absorventes da prole, que será nacionalizada.

Como se os erros sociológicos de Marx e as fantasmagorias etnológicas de Engels não bastassem para desfazer a família, o bolchevismo quis — embora em princípio — aceitar e aplicar as brutalidades da teoria biológica da literatura de Kollontai, que durante algum tempo representou a U. R. S. S. na sociedade das Nações. Segundo esta teoria as relações entre os dois sexos têm um carácter exclusivamente biológico, e se se quiser ser lógico com o materialismo histórico, é rejeitada toda a interpretação psicológica. A moral e a afectividade não têm nada que ver com o instinto tão elementar, como é o sexual, como este não tem nada que ver com o instinto da sede e da fome.

As consequências destas imorais e imaginárias doutrinas foram a extrema facilidade do divórcio e do aborto que tiveram um lugar de honra na primeira legislação do marxismo soviético. Daqui tal desenfreamento erótico e tal mortandade de inocentes que constituem um grave perigo social.

Portanto, a emancipação ansiada pelos empresários soviéticos reduz-se à flagrante violação das naturais tendências femininas. A mulher, como a ciência e a experiência demonstram, é feita para a família, e nela encontra geralmente a garantia da sua dignidade e liberdade. O laboratório, a oficina, a fábrica, a empresa agrícola, como

normais sucedâneos do lar doméstico, só servem para sujeitar a mulher ao processo económico. Libertá-la, pois, das canseiras domésticas para a constituir uma operária não é senão uma amarga ironia; como libertá-la da autoridade do marido fundada no amor e sujeitá-la às ordens dum contra-mestre ou de qualquer autoridade como representante do Estado, não é senão uma contradição. De resto, os próprios experimentadores soviéticos, perante os desastres sociais causados pela nova moral sexual, deram o mais solene desmentido às lucubrações marxistas e leninistas sobre a família modificando pouco a pouco o código familiar até promulgarem uma nova lei matrimonial, ratificada a 28 de Junho de 1936, pela qual se procura, senão em tudo, ao menos em parte, reconstruir a odiada família burguesa.

* * *

Outro dogma, além do da extinção da família, deve, na sociedade sem classes, regular as relações conjugais; a igualdade absoluta dos dois sexos, não só na ordem jurídica, mas também na ordem económica. Quer isto dizer que a mulher deve contar consigo mesma para satisfazer as próprias necessidades; deve, pois, exercer um emprego ou um ofício para conseguir a autonomia económica.

Também neste ponto o comunismo despreza e conculca as exigências da natureza, e por isso se torna deletério para a mulher. Na verdade, a natureza, se por uma parte nos mostra uma substancial igualdade entre os dois sexos, por outra nos revela diferenças profundas, que não se podem atribuir à hereditariedade, à educação ou a modificações sofridas durante o longo curso das gerações. «O império do homem, escreve Bebel, mantido durante milhares de anos, determinou as diferenças no desenvolvimento físico e intelectual entre o homem e a mulher» (1).

(1) A. BEBEL, *La donna e il socialismo*, cit., p. 241.

Nada mais contrário à investigação científica, que não obstante a tendência da biologia e psicologia actual em aproximar os dois sexos, é obrigada a admitir diversidades fisiológicas e psicológicas que separam os dois tipos. A constituição, por exemplo, da fibra muscular na mulher é notavelmente menos resistente e vigorosa; daqui a sua menor energia física relativamente à do homem; por isso, não é de todo injustificável o qualitativo de fraco que se costuma atribuir ao sexo feminino. Por isso, a igualdade promovida pelo comunismo, sem atenção alguma à pessoa e às especiais aptidões da mulher, pode muitas vezes ser-lhe prejudicial, quando desempenha officios que exigem o esforço físico próprio do homem.

Certamente as mulheres que em grande número, especialmente nas cooperativas agrícolas, nos *kolkoses*, trabalham com os homens, não se devem sentir orgulhosas de serem consideradas em tudo iguais ao homem. O estakanovismo, que está no auge na grande pátria do proletariado, isto é, o sistema de empreitadas levado ao extremo, se é esgotante para o homem, é-o muito mais para a mulher; todavia, admitido o princípio da plena igualdade entre os sexos, não se pode abolir ou mitigar para as operárias.

Este mesmo princípio absurdo e igualitário torna-se também injusto para a mulher, porque proíbe toda a protecção profissional. Com efeito, admitida a plena igualdade do homem e da mulher no campo social e económico, já não se dão senão reivindicações do trabalho em geral, e não de interesse peculiar para o sexo feminino. Por isso, o feminismo, isto é, o movimento para o melhoramento das condições sociais, económicas e jurídicas da mulher, não tem sentido algum na U. R. S. S. e seria considerado (como se diz modernamente) *desviancionismo*.

Podem-se admitir, como já se admitiram, tendências femininas organizadas, mas só para serviço de propaganda entre as mulheres do comunismo, e por conse-

guinte, como actividade de carácter político. Quando, durante o período da N. E. P., isto é, a nova política económica inaugurada por Lenine, surgiu na União Soviética certa corrente de acção feminina tendente a alcançar certa autonomia profissional para a mulher, o XII Congresso dos soviets, coerente com o princípio igualitário comunista, selou com uma nota de censura esta corrente, demonstrando assim a inconciliabilidade do comunismo com o feminismo.

* * *

A mulher, entre as férreas malhas da ideologia comunista, não só deve perder o encanto da maternidade que reina com o suave ceptro do amor no lar doméstico (que deve ser substituído pelo laboratório comum); não só se deve desembaraçar o mais depressa possível da sua prole e da doce função pedagógica, visto que ambas pertencem ao Estado ou a alguém em sua vez; não só deve, a seu arbítrio, se quer ser coerente com a doutrina ortodoxa, impor termo à vida dos seus filhos como um carasco, no próprio seio (1), mas deve atingir os extremos da degradação feminina, deve prostituir a sua consciencia com a mais sacrílega das negações, como é a da Causa primeira, do Bem absoluto, do Amor *que move o sol e as estrelas*.

A mulher sem o áureo diadema religioso, a mulher atea, que só reconhece como divindade a matéria, é uma figura repugnante; dir-se-á que faz desaparecer a própria natureza feminina. Com efeito, a tendência para o divino conatural ao ser humano, é tanto mais evidente e activo na mulher, quanto aparece, sob a aparência materialista, o mais mutilado e disforme dos seres. A sua

(1) Hoje, segundo o teor das mais recentes prescrições da União Soviética, está quase inteiramente proibido o aborto. Não falamos do que é, mas do que deve ser segundo a doutrina.

afectividade mais intensa que a do homem, a sua maior vivacidade de imaginação imprimem-lhe um incoercível entusiasmo pela religião, de modo que os mesmos pedagogistas, que não crêem na necessidade da transcendência para o homem, afirmam que é indispensável à mulher (1).

Portanto, o comunismo afasta a mulher do lar doméstico, da ética sexual, da corroborante e confortadora visão do divino, isto é, dos sistemas insubstituíveis do dever, sem os quais facilmente a faz cair nas piores perversões, em que, dada a sua sensibilidade, atinge os extremos — mais facilmente que o homem.

A plena autonomia que ideólogos do comunismo dão à mulher, é a autonomia da torrente que, emancipada das margens, se estende por toda a parte e se transforma em pântanos e pauis: é a autonomia da máquina que fora dos carris, causa desastres e mortes. A emancipação *do fundamento que a natureza põe* só pode ser contraproducente e opressiva: não se violam impunemente as leis da natureza.

Dando um olhar retrospectivo aos dois quadros que descrevemos, salientamos que no primeiro brilha a figura da esposa e da mãe, no centro do lar doméstico, expressão mais viva do amor; enquanto que no outro se apresenta a produtora, enquadrada, como simples roda na engrenagem prosaica da empresa. Um mostra-nos a mulher do dever, o outro a mulher do simples instinto. No quadro de inspiração comunista tem-se a mulher sem dignidade pessoal, porque reduzida a mero instrumento da monstruosa comunidade divinizada. Não existe em si mesma nem tem razão alguma de existir fora do organismo, para que está essencialmente ordenada; pelo contrário, no outro quadro, de inspiração cristã, eleva-se a mulher em que brilha o valor pessoal como um valor absoluto e definitivo.

(1) Veja-se A. RÖSLER, *La condizione della donna nell'umana convivenza*, Turim, 1915, p. 44.

CAPÍTULO IV

O COMUNISMO INIMIGO DA PAZ

A hipocrisia soviética emprega na sua propaganda qualquer distintivo, qualquer emblema, qualquer máscara, que sirva para atrair e escurecer as inteligências, para as inclinar e sujeitar à mentira leninista e estalinista. Democracia, progresso, liberdade, cultura, pátria, paz, são presentemente, as drogas mais usadas, que servem para condimentar os escritos e os discursos dos portadores da da mensagem soviética. Prefere-se sobretudo o apelo à *paz*.

Este desventurado substantivo é hoje tão maltratado pelo comunismo militante, tão desvirtuado como nunca, que saindo dos lábios soviéticos, o seu mau hálito chega a distâncias infindas. Queremos dizer que os lobos de Moscovo não são de modo nenhum fautores da paz, entendida na aceção comum da palavra; são sim, os seus inconciliáveis e jurados inimigos. Falamos, é preciso notá-lo, do estado maior bolchevista, não da massa amorfa, que não conhece o comunismo integral, o comunismo puro, mas só o restrito comunismo de uso e consumo popular.

* * *

É certo que a propaganda do comunismo afirmou a sua vontade de paz nas formas mais clamorosas; mas a afirmação de paz, quando é proclamada pelos actores políticos, pode ser uma maneira cómoda de enganar os simples. Bismark nas vésperas da guerra com a França, Hitler pouco antes de invadir a Áustria declaravam que não queriam, de modo nenhum, a guerra.

Como se pode descobrir a verdade? No famoso livrinho Inaciano dos *Exercícios Espirituais*, que não é só um profundo tratado dum asceta, mas o guia seguro dum psicólogo inteligente, faz-se notar que se tem a vontade, quando se procura empregar os meios para a realizar; no caso contrário, não existe a vontade mas um sucedâneo ilusório. É uma norma com que o indivíduo pode discernir se a sua vontade é ou não realmente uma vontade decidida ou uma simples veleidade. Esta norma pode evidentemente generalizar-se: A vontade em si ou nos outros é verdadeira quando emprega os meios para cumprir as suas decisões. Notemos, pois, que meios emprega o comunismo para conseguir o fim desejado da paz.

Um meio certamente, se não decisivo, que se não deve desprezar, é o de pôr termo à propaganda de ódio que resfria as relações entre as nações. É sabido como esta propaganda, de há tempos afirma que se utilizou a arma bacteriológica na guerra da Coreia. Nada mais fácil de descobrir a verdade do que a verificação confiada a uma comissão escolhida, de pleno acordo, com as partes interessadas; pois bem, os comunistas recusaram-se a aceitar as propostas para formar essa comissão, e continuando a falar contra a América dessemeadora não só de bombas, mas também de micróbios propagadores de doenças entre as populações coreanas, quando se andava em guerra.

O meio decisivo de que se deve servir a vontade sincera de paz não pode ser senão uma justa redução dos instrumentos bélicos; por outras palavras, um plano geral de desarmamento aceite pelos Estados. Ora, precisamente, sobre o desarmamento a atitude da União soviética foi até agora o obstáculo intransponível para chegar a oportunas e concretas conclusões. As crónicas deste atormentado período do após guerra são disso uma prova peremptória: demonstram como a táctica comunista sobre o desarmamento foi sempre equívoca, fingida e dilatária.

As propostas sérias e práticas das nações livres sobre a limitação e redução dos armamentos a Rússia opôs-se sempre e pretende que se aceitem os seus planos, que, numa palavra, não servem para a paz, mas para reforçar as posições do imperialismo soviético. Propõe-se, por exemplo, a abolição da guerra atómica e, por consequência, pretende-se uma fiscalização das fábricas das novas forças nucleares; a Rússia consente na abolição, mas rejeita a fiscalização sob o pretexto de que seria diminuída e lesada a soberania dos Estados, se tal fiscalização se fizesse.

Recentemente, a Inglaterra apresentou oficialmente na Assembleia da O. N. U. um projecto para realizar o suspirado desarmamento e assegurar assim a paz. O representante russo Malik, aproveita-se para prosseguir a campanha caluniadora contra os ocidentais, que criam, na sua opinião, com os seus projectos, uma cortina de fumo para esconder o próprio rearmamento. Todavia a proposta inglesa é muita justa e até favorável à Rússia, visto que, segundo a opinião aceite até da Rússia, com o projecto inglês se reduzem as forças armadas do ocidente de 54 a 71 por cento, enquanto que as russas só de 40 a 58 por cento. Ainda desta vez Malik não teve em nenhuma conta as novas propostas, e exigiu que se aceitasse o seu plano, com que a Rússia pretendia a redução dos armamentos dum terço dos que os Estados possuem actualmente. É claro que esta redução proporcional daria estavelmente a superioridade militar à Rússia, tendo já presentemente uma indiscutível superioridade nas armas e no exército mais poderoso do mundo.

Quem faz apelos mundiais de paz em Estocolmo e congressos da mesma categoria para a paz em Varsóvia e em Viena, e recolhe em toda a parte milhões de assinaturas em defesa da paz, e oferece prémios valiosos a quem mais se assinalar nesta campanha pacifista (Nenni, prémio Estaline da paz, embolsou 16 milhões de liras) pode-se dizer que pretenda verdadeiramente a paz, se depois a combate sistematicamente onde pode ser assegurada,

isto é, no órgão internacional instituído precisamente para prevenir e resolver as inevitáveis controvérsias entre os povos e promover a sua concórdia?

* * *

Mas não basta. Não só, considerando os factos que se desenrolam sob os nossos olhares, se deve ter como mentirosa a propaganda soviética da paz, mas também examinando os princípios do bolchevismo devemos concluir que a União soviética não pode pretender a verdadeira paz, mas sim a falsa paz.

Acerca da paz, permita-se-nos a digressão, dão-se noções equívocas e inexactas. Não é, propriamente, cristalização, imobilidade plena, à qual repugne até a resistência ao mal; esta paz é a das águas mortas. A paz não é o conformismo forçado que destrói toda a liberdade e dignidade pessoal; esta paz é a dos sepulcros bem alinhados e silenciosos do cemitério. A paz não é a dissolução universal das pátrias, como se não se pudesse ser cidadão do mundo, sendo também cidadão da própria pátria; esta paz é a do caos, não da fusão mas da confusão das gentes. A verdadeira e bem conhecida noção da paz lê-se na obra prima de S. Agostinho, *De Civitate Dei*, na qual o génio de Hipona nos fala da paz em toda a gama das suas particularidades: na matéria e no espírito, nos sentidos e na razão, na terra e no céu. Onde existe, tem como constitutivo a ordem: *A paz de todas as coisas é a tranquilidade da ordem* (1).

Sem ordem não há paz, como não existe o riacho sem a fonte, o efeito sem a causa. Ora, uma sociedade comunista, que atingir o último e definitivo estágio do socialismo científico, que mergulha no materialismo, a ordem, se se der, é a imposta pela força estatal, que deve tomar medidas extremas para substituir as interiores

(1) *De Civitate Dei*, L. XIX, c. XIII.— P. L. 41, 640.

coacções que brotam nos espíritos, que admitem uma lei moral e um legislador supremo.

A paz comunista é uma paz forçada, uma paz que não é a da sociedade humana, mas a do rebanho, a do forçado e não a do cidadão. A sociedade comunista é a *cidade terrena*, de que fala S. Agostinho, mas na sua extrema degradação. Tal cidade «tem neste mundo o seu bem... um bem que não poupa aos seus amigos tormentos e lutas, pelo qual muitas vezes se luta, se litiga, se guerreia e se anseiam vitórias infalivelmente mortais» (1).

Se analisarmos mais as doutrinas fundamentais da ideologia soviética, demonstraremos que, se os comunistas não quiserem ser incoerentes, se não quiserem negar os direitos da lógica, como negam o direito da propriedade privada, não podem querer a paz, mas a guerra. Esta, segundo os textos autenticamente marxistas é o meio obrigatório, o meio necessário, a condição *sine qua non* para entrar na fase definitiva e paradisíaca da perfeita sociedade comunista. Os hebreus para se livrarem do jugo faraónico e chegarem à terra da promessa, tiveram de atravessar o mar vermelho; os comunistas para se livrarem da escravidão do capitalismo devem passar pela guerra.

Eis o que escreve Lenine: «A vitória sobre a burguesia não é possível sem uma longa, tenaz e desesperada guerra de vida e de morte» (2). Falando da teoria marxista do fim do Estado, Lenine rejeita desdenhosamente a interpretação de quem, desvirtuando o pensamento de Engels, julga que o fim do Estado será mediante «uma mudança, em mais ou menos tempo, gradual, sem saltos e tempestades, sem a possibilidade da revolução» (3).

(1) *O. cit.*, L. xv, c. iv.— P. L. 41, 440.

(2) LENIN, *L'estremismo, malattia infantile del comunismo*, Paris, Ed. Ital. de cultura social, p. 8.

(3) LENIN, *Stato e Rivoluzione*, Milão, p. 18.

Para Lenine este modo de ver é uma desvirtuação do marxismo. O Estado, e precisamente o Estado burguês que, segundo a definição de Engels, é essencialmente uma *força repressiva*, não morre de morte natural, mas pela violência doutra força repressiva contrária e vitoriosa, como é a proletária. Para o marxismo ortodoxo o Estado do capitalismo não morre, mas é suprimido com a revolução. «O Estado burguês, clama Lenine, só pode ser suprimido pela revolução» (*Ibidem*, p. 20). E ele salta de alegria ao revelar a importância que o amigo e mecenas de Marx reconhece na violência executora da morte do capitalismo.

As considerações de Engels sobre este ponto são precisamente um panegírico da revolução violenta. «A violência, escreve, tem outra função histórica (além da de ser uma potência diabólica) é uma função revolucionária... é a educadora da sociedade antiga para a criação doutra nova... é o meio com que o movimento social progride e destrói as formas políticas rígidas e mortas» (*Ibidem*, p. 21).

Esta apologia dedicada à inevitável acção revolucionária, como instrumento necessário do advento e definitivo triunfo do comunismo, corresponde exactamente (nota-o o próprio Lenine) às explícitas declarações de Marx. Basta, com efeito, recordar as conclusões da *Miséria da Filosofia* ou do *Manifesto dos comunistas*, como também a *Crítica ao programa de Gota* de 1875, em que Marx, trinta anos mais tarde, censura o oportunismo deste programa.

Não há dúvida, pois, que a guerra civil, como diz Marx, a revolução violenta, é a chave da babélica construção comunista. Lenine encarrega-se de nos explicar o que significa a palavra violenta. «Uma revolução, diz ele, é, sem dúvida, a coisa mais autoritária que pode existir; um acto mediante o qual uma parte da população impõe a própria vontade à outra com armas, baionetas e canhões: tudo meios muito autoritários. E a parte

vitoriosa deve manter o próprio domínio com o terror, que as suas armas incutem aos contra-revolucionários» (*Ibidem*, p. 60).

Esta revolução «implica uma série de restrições da liberdade dos exploradores, dos opressores, dos capitalistas. Devemos oprimi-los para libertar a humanidade da escravidão do salário» (*Ibidem*, p. 99). «Ela não significa senão um poder que não é limitado por coisa alguma, por qualquer lei; não é impedido por regra alguma... poder ilimitado que se funda na força e não na lei» (1).

É supérfluo acrescentar que com Engels, Marx e Lenine, se associa o seu discípulo fidelíssimo Estaline, ao propugnar a guerra civil como fundamento sólido do comunismo (2).

Se é esta, e não pode ser outra, a ideologia soviética, como podemos crer que os comunistas desejam a paz? Quem quer e prepara a guerra por todos os meios, não pode querer a paz, mas sim a ironia da paz. S. S. Pio XII proclama altamente que *opus iustitiae pax*. A paz é obra da justiça. «Assim como não pode haver paz sem ordem, também não pode haver ordem sem justiça... Onde, porém, em vez do nobre ceptro da justiça se levanta a arma da violência, ninguém se admire de ver surgir no horizonte em vez da esperada aurora da paz, lúgubres clarões de guerra» (3).

* * *

Dir-se-á que os comunistas só querem a guerra civil, e não a internacional; clamam contra o imperialismo dos Estados Unidos fomentadores de guerras, precisamente porque querem a convivência pacífica entre os povos. Mas também neste ponto o comunismo propala mentiras.

(1) LENIN, *Per la storia della questione della dittatura*. Citado por ESTALIN, *Questioni del leninismo*, Roma, 1945, vol 1, p. 141.

(2) Veja-se *Questioni del leninismo*, vol. cit., p. 137 e segs.

(3) *Homilia da Páscoa* de 1939.

Notemos, entretanto, que o imperialismo tão falado da América não parece que seja o monopólio daquela nação; também a Rússia está cheia dum imperialismo orgulhoso e voraz, que não poupa sequer as armas contanto que realize as próprias ambições. Se se pode, com razão ou sem ela, falar do imperialismo americano simplesmente económico, dever-se-á, pelo contrário, censurar a União soviética do imperialismo não económico, mas político, social e religioso. Dizemos também religioso porque toma carácter de religião, que pretende resolver os arcanos mistérios do homem e do mundo com o materialismo dialéctico.

Para nos certificarmos que o comunismo, para realizar o seu anseio de predomínio, não recua perante a guerra entre os Estados, basta-nos percorrer as crónicas destes últimos anos.

A 25 de Janeiro de 1932 a União soviética estipulou um pacto de não agressão com a Finlândia, mas a 25 de Novembro de 1939 denunciou-o, e logo — dois dias depois — invadiu aquela pacífica nação. A 17 de Setembro de 1939 ataca a Polónia, com a qual tinha concluído um pacto de não agressão a 3 de Julho de 1932,

Estipulou outro com a Roménia a 5 de Julho de 1933 e a 28 de Junho de 1940 invadiu a Bessarábia e a Bucovina. Estipulou ainda outro com a Estónia a 28 de Setembro de 1939, e a 17 de Junho de 1940 ocupou aquele território. Finalmente estipulou-os com a Letónia e Lituânia a 5 e a 10 de Outubro de 1939, e a 15 e a 16 de Junho de 1940 ocupou aqueles territórios. Deste modo a Rússia ajuntou ao seu território 687.000 quilómetros quadrados.

Poder-nos-ão objectar que isto sucedeu no decénio passado, mas que agora o comunismo soviético triste e arrependido, rejeita a guerra internacional. Isto opõe-se aos fins que o comunismo tem em vista com a própria ideologia, isto é, a expansão internacional sem exclusão de meio algum, e por isso, sem exclusão da guerra. Quer, pois, a guerra, e prepara-a nas terras coloniais contra

as Nações colonizadoras, isto é, contra a Europa ocidental.

Leia-se o ensaio de Estaline intitulado: *Os princípios do leninismo*. No capítulo sobre a *Questão nacional* manifesta uma vontade decidida de guerra para libertar os povos oprimidos. Assim se explica a actividade incitadora dos comunistas nas colónias (1).

Mas há mais. O comunismo necessita da guerra contra os povos capitalistas para assegurar a estabilidade no país (neste caso na Rússia) onde triunfou. Este triunfo não pode permitir sonos tranquilos aos vencedores comunistas; este triunfo não seria definitivo, se o povo, que se libertou do jugo capitalista, permanecesse como numa ilha cercada pelo mar infiel dos povos, ainda por remir, presa dos burgueses. Estes pérfidos reaccionários, mais cedo ou mais tarde, não submergirão a ilha comunista? Com os seus capitais não alimentariam nessa ilha correntes contra-revolucionárias?

Convém, pois, combater de todos os modos, os Estados confinantes capitalistas e na hora precisa atear o incêndio da guerra.

É esta, precisamente, a genuína doutrina leninista revista e sapientemente corrigida pelo seu glorioso aluno, José Estaline. Na opinião de Estaline, o comunismo pode fundar-se num só país e aí vencer as dificuldades internas, mas deve, para uma vitória definitiva, também vencer as dificuldades externas. É impossível a estabilização dum Estado sem a sovietação de outros países. É este um dogma para Estaline. «Que é, pergunta ele, a impossibilidade da vitória, completa, definitiva do socialismo num só país, sem a vitória da revolução noutros países? É a impossibilidade de ter uma garantia completa contra a intervenção e, por consequência, contra a restauração do regime burguês, sem a vitória da revolução,

(1) G. STALIN, *I principi del leninismo*, Roma, 1943, p. 47 e segs.

pelo menos nalguns países. Negar esta tese é o mesmo que abandonar o internacionalismo, abandonar o leninismo» (1).

Segue-se daqui que a Rússia deve desenvolver e apoiar, como missão essencial sua, a revolução noutros países. «Por isso, a revolução do país vitorioso deve considerar-se não como uma entidade suficiente em si mesma, mas como um auxílio, como um meio apto para acelerar a vitória do proletariado noutros países» (*Ibidem*, p. 39).

É evidente que o comunismo procura formar uma frente proletária única e fomentar a guerra em toda a parte. É esta a pedra angular da concepção e da estratégia soviética. Portanto, o comunismo não quer a paz, mas a guerra; em nome da paz atea o incêndio da guerra.

* * *

Contra a nossa conclusão vale muito pouco dizer que o comunismo tende para a sociedade sem classes, em que já não haverá lutas nem contradições entre os povos, mas haverá paz. Por isso, o ideal comunista é o da paz. É este um meio pouco cómodo de quem fala de guerra à guerra, de guerra para pôr fim à guerra e inaugurar o reino perpétuo da paz. É o caso de aduzir de novo o pensamento de S. Agostinho, que escrevendo ao conde Dario (enviado por Ravena para entabular negociações com os bárbaros) dizia que a maior glória é *conseguir a paz com a paz, e não com a guerra* (2).

Se os comunistas fossem sinceros deviam dizer: Não queremos a paz mas a guerra vitoriosa; e depois da guerra a paz. Mas quem há entre os mais belicistas que depois duma luta armada, alcançada a vitória, queira a paz? De resto, esta paz, que viria depois da guerra, em

(1) G. STALIN, *Questioni del leninismo*, vol. I, p. 170.

(2) *Epist.* CCXXIX, 2.— P. L. 33, 1020.

que século, em que geração, dominaria no nosso atribulado planeta? Acerca deste problema os livros comunistas fecham-se num silêncio desconcertante.

Lenine é obrigado a dizer que, dada a expropriação dos expropriadores, haverá um admirável desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, um verdadeiro reino de abundância; mas, «com que rapidez se dará este desenvolvimento, com que rapidez levará ao rompimento com o princípio da divisão do trabalho, à eliminação da luta entre o trabalho manual e intelectual, até à transformação do trabalho em *primeira necessidade da vida*, não o sabemos *nem o podemos saber*.

«Estamos, pois, autorizados a falar da inevitável morte do Estado, acentuando, porém, a longa duração deste processo, e a dependência do ritmo evolutivo da mais elevada *fase* do comunismo e deixando completamente a questão do momento preciso ou das formas concretas da morte, visto que *não há* elementos para a resolução de tal questão» (1).

Mais adiante Lenine insiste nesta incerteza ou impossibilidade de conhecer, ainda com certa aproximação a data em que o sol do futuro já não será futuro. «Ter-se-á, diz ele, não a igualdade formal, mas a igualdade real, isto é, a realização da fórmula: *Cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades*. Que períodos, deverá percorrer a humanidade para chegar a esta meta superior... não o sabemos nem o podemos saber» (*Ibidem*, p. 102.)

Portanto, será preciso pelo menos admitir que a paz definitiva do comunismo está ainda muito longe, se nos quisermos guiar pela experiência russa. Já passou uma geração, isto é, mais de trinta anos, e esta fase paradisíaca ainda não começou na Rússia. A morte do Estado não só se aproxima, mas se afasta cada vez mais, visto que a organização estatal deste feliz país se aperfeiçoa

(1) *Stato e Rivoluzione*, p. 108.

e consolida cada vez mais. A sua organização militar está por agora, à frente de todos os outros exércitos dos países capitalistas (1). A organização da polícia goza de poderes extra-constitucionais. As fronteiras estão rodeadas de Estados subjugados e não temem surpresas perigosas.

A estas horas, visto que a classe burgueza fora destruída; e reduzida à impotência toda a veleidade revolucionária, dever-se-ia estar no período pré-agónico do Estado; e todavia, nota-se um crescente fortalecimento do organismo estatal do comunismo soviético e não o enfraquecimento, nem o esgotamento. Também o Congresso realizado a 10 de Outubro, depois de longa letargia, confirmou a nossa afirmação, como se pode salientar da relação de Kruschew, em que se apresentam novas e maiores fiscalizações da actividade estatal e do partido personificado no Estado.

Portanto, o reino da paz profetizado pelo comunismo e do qual nem vale a pena preocupar-nos, está ainda muito longe e estará porque é um futuro utopista, pois exige, para se realizar, condições absurdas.

Aqui o nosso horizonte estende-se imenso e exigiria um longo tratado. Limitamo-nos, por agora, a observar que a condição posta por Lenine para o advento da perfeita comunidade soviética é a criação dum novo tipo de homem, livre de todo o egoísmo, que se adaptará plenamente às normas do convívio social (2).

(1) O orçamento russo para 1952, oficialmente prevê para o rearmamento a despesa de 113,8 biliões de rublos, quer dizer, o dobro do de 1940 e superior ao de 1942, quando a Rússia estava em guerra com a Alemanha. Como o rublo foi revalorizado, a despesa no rearmamento soviético eleva-se acima da dos países ocidentais. Note-se também que outras grandes importâncias indicadas para construções e produções de guerra estão no orçamento sob indicações diversas.

(2) Veja-se LENIN, *Stato e rivoluzione*, cit., p. 108 e 109, como também 102 e 116.

Infelizmente, a história e a psicologia ensinam que tal homem é um sonho. *Por mais que tentes aniquilar a natureza, ela reaparecerá sempre* (1). E então a construção socialista: sociedade sem classes, supressão da luta entre trabalho intelectual e manual, fraternidade universal e paz inalterável entre os membros da sociedade naufragam no mar das utopias e das humanas aberrações. *Magna magnorum deliramenta virorum.*

(1) HORÁCIO, *Epist.*, L. I, ep. 10, v. 24.

CAPÍTULO V

O COMUNISMO CANCRO DA CIVILIZAÇÃO

Entre as doenças que a ciência mais combate actualmente, infelizmente sem resultados satisfatórios, está o cancro. Não só não perde o terreno, como a malária, a tuberculose, a sífilis, cujas vítimas diminuem em toda a parte, mas continua a sua marcha progressiva e fatal fazendo anualmente meio milhão de vítimas.

Os mais eminentes patologistas desconhecem a génese desta doença na acção dos estímulos crónicos e irritantes do tecido muscular, onde a perturbação trófica, uma involução e consequente proliferação de células, que se subtraem às leis normais dos tecidos e se desenvolvem e progridem independentemente, ao menos em parte, do organismo em que vivem. Embora estas células se rebelem contra a comum disciplina biológica, regulam com leis próprias o seu desenvolvimento, mas com irreparável dano do ser vivo, que, mais cedo ou mais tarde, é obrigado a sucumbir.

Assim como no conjunto orgânico dos elementos celulares se deplora o fenómeno patológico da afecção cancerosa, que era um mortal desequilíbrio, análogamente, na comunidade internacional se podem manifestar e impor correntes morbosas de pensamento e de acção que tendem, voluntária ou involuntariamente, para a desorganização de toda a comunidade dos povos e, como consequência necessária, a destruição da civilização.

Este cancro tem o nome de estalinismo ou, se se quiser, de bolchevismo.

* * *

Que é a civilização na sua íntima essência? Romagnosi encontra esta essência «na contínua aproximação duma maior e mais satisfatória convivência... que está entre a barbárie e a corrupção» (1). Para Taparelli a civilização é «a perfeição da sociedade...; a ordem na sociabilidade. Um povo é civilizado quando, nos seus costumes e leis, exprime claramente as proporções morais, segundo as quais os homens devem conviver na universal associação, a que o natural instinto os leva» (2). Para Huizinga a civilização é a convergência das várias actividades sociais para um ideal essencialmente homogéneo (3).

Poderíamos ainda apresentar mais definições sobre a noção própria da civilização, mas para o fim que temos em vista, basta salientar o seu carácter como condição do ressurgimento, quer dizer, é o produto de colectividades ingentes e da sua colaboração. Quando falta a coesão, a civilização desaparece ou recua. Se bem notarmos, veremos que na variedade das definições da civilização, que os sociólogos nos apresentam, permanece o princípio comum, subentendido ou manifesto, que já indicámos.

Ora, entre os povos há uma rede de comunicações, de trocas, de instituições que ultrapassam as barreiras estatais e afirmam a existência duma sociedade universal. «O género humano, diz Pio XII, ainda que pela ordem natural estabelecida por Deus, se divida em grupos sociais, nações ou Estados, independentes uns dos outros no que se refere ao modo de organizar e reger a sua vida interna, está no entretanto unido por laços mútuos, morais e jurídicos, numa grande comunidade, ordenada

(1) G. D. ROMAGNOSI, *Dell'indole dei fattori dell'incivilimento. Scritti storici letterari*, Milão, 1840, p. 22.

(2) L. TAPARELLI, *La civiltà appiè della croce*, em *Civiltà Cattolica*, 1859, II, p. 132.

(3) I. HUIZINGA, *La crisi della civiltà*, Turim, 1937, p. 32.

para bem de todas as nações e regulada por leis especiais que lhe protegem a unidade e desenvolvem a prosperidade» (1).

Também os antigos filósofos pré-cristãos não desconhecem a universal sociedade dos povos constituída pela natureza. Afirma-o S. Agostinho: *Depois da cidade, segue-se a terra toda, na qual colocam o terceiro grau da sociedade humana começando da morada para a cidade e daqui chegando à terra inteira»* (2). Para Séneca, todos os Estados fazem parte da grande república do género humano (3).

E onde *há uma sociedade há direitos*, na natural comunidade internacional vigora, embora imperfeitamente, um direito, isto é uma lei imposta pela natureza e impressa na consciência humana, que regula as relações entre os povos.

O bolchevismo ignora esta lei unificadora, visto que no credo ateu não é possível que o direito natural, quer dizer, a norma moral, tenha lugar algum. Portanto, entre os Estados estalinianos e os outros que ainda acreditam em Deus, não se dá denominador comum, que possa dar ao diálogo entre os primeiros e os segundos uma base que inspire alguma confiança.

O prémio Estaline da paz, o camarada Nenni, de volta da peregrinação à Meca soviética, escreve, comovido com os milagres que pretendeu descobrir no paraíso bolchevista, que a Itália reclinada sobre o fofo leito da neutralidade; e consciente dos seus interesses internacionais, encontraria na União soviética uma mãezinha com os braços abertos, com quem poderia concluir um pacto eficiente de não agressão (4).

Mas com um Estado para o qual a ética é um ilusório produto burguês e os factos e as leis se não fundam na

(1) *Summi Pontificatus*, 20 de Outubro de 1939.

(2) *De Civitate Dei*, L. XIX, c. VII.— P. L., 41, 633.

(3) *Epist.* 48 e 95.

(4) *Avanti!*, 3 de Agosto de 1952.

justiça, mas são meros instrumentos ao serviço da luta de classes, pode-se acreditar na observância de tais compromissos? Se as desconfianças surgem, até, quando se pactua com quem tem o mesmo património de concepções morais; que se deve pensar de quem rejeita toda a ideia de honestidade e de justiça?

A terna mãe soviética abriria, é certo, os seus maternais braços para dar o abraço ao novo satélite. Mas este abraço não seria tão apertado que o poderia sufocar, como sucedeu com a Hungria, com a Albânia, com a Checoslováquia e com outros os satélites.?

* * *

Mas fechemos este parêntesis. A Rússia bolchevista com o cortejo dos outros povos soviéticos — verdadeiro cancro social — subtrai-se às normas comuns da colectividade humana, e regula-se com uma pseudo-moral toda própria, impedindo toda a possibilidade séria de harmonia com a sociedade natural do género humano.

Ela não só não admite subordinação alguma à universal associação dos povos imposta pela natureza, mas pelas mesmas razões, pela lógica consequência do seu materialismo procura prejudicar, paralisar e destruir a voluntária sociedade dos Estados juridicamente organizada, como é presentemente a O. N. U. Esta, embora tenha os seus defeitos, é sempre um obstáculo ao imperialismo de Moscovo, enquanto exprime o nobre esforço das nações desejosas de organizar a sua colaboração para a estabilidade da paz e progresso da civilização.

Como o totalitarismo nazista e fascista, também o de Estaline combate, de todos os modos e pretextos, a nova sociedade das nações. Até agora a Rússia abusando nada menos do que sessenta vezes do direito do veto, impediu as iniciativas da grande instituição mundial, especialmente as iniciativas tendentes a assegurar a paz interna e externa dos Estados. Que não fez por exemplo, o comunismo

para isolar a Grécia, a qual depois das graves feridas feitas pelo fascismo e nazismo, era obrigada a combater os guerrilheiros comunistas, que enquanto no interior fomentavam a guerra civil, nas fronteiras da Albânia, da Bulgária, da Jugoslávia, lutavam contra o próprio país, ajudados e mantidos pelos comunistas estrangeiros dirigidos por Estaline?

Como é sabido, a assembleia das Nações Unidas a 21 de Outubro de 1947 com 40 votos contra seis com 11 abstenções, para dar a paz ao povo grego, decide enviar uma comissão aos Bálcans, fazendo parte dela a Polónia e a União soviética. Nem uma nem outra aceitaram o convite. Entretanto a comissão pôde verificar que a fonte de desordem na península grega, era o Kremlin, utilizando as fronteiras dos seus satélites para guerrear a Grécia e impor-lhe um governo comunista.

A União soviética propôs na Assembleia da O. N. U. a suspensão do auxílio dos Estados Unidos à Grécia, mas a grande maioria dos membros da O. N. U. opôs-se às insídias da Rússia e rejeitou a tentativa soviética. A Grécia sem a intervenção das Nações Unidas e o auxílio da América faria hoje parte das vítimas presas ao carro triunfal de Moscovo. Entretanto, ainda reclama, mas inútilmente as crianças que lhe foram arrebatadas pelos comunistas; crianças instruídas, política e militarmente, em vários centros de educação por mestres soviéticos, para servirem à grande pátria do proletariado e para poderem um dia salvar a própria pátria impondo-lhe o regime bolchevista.

Assim como antigamente os turcos formavam com os cristãos (renegados ou obrigados a renegarem do cristianismo) exércitos formidáveis de janízaros, assim hoje o comunismo educa e organiza brigadas de activistas fanáticos, formados de homens de todos os países do mundo, prontos a introduzirem-se nas associações de trabalhadores, nos organismos de informação da opinião pública, nos partidos, sem excluir os próprios

governos. Estas esquadras têm a missão de fomentar, e da um no próprio sector, lutas e desordens de toda a espécie: greves, sabotagens, guerrilhas, onde for possível a guerra civil; em toda a parte a guerra fria.

A prova evidente de tudo isto, foi dada na Itália em Julho de 1952, na Câmara. Tanto o ministro Pacciardi como o ministro Togni, o primeiro a propósito do orçamento para a defesa e o segundo a propósito duma interpelação, afirmaram que dentro do partido comunista havia organismos semi-clandestinos e revolucionários tendentes a recolher notícias de carácter militar, a fomentar ódios e provocar violências nas empresas industriais, e desorganizar o processo normal da actividade económica (1).

O que sucede na Itália, nota-se também na França, na Suíça, nos Estados Unidos, especialmente, depois da guerra, nos Estados em que os comunistas exploram a inexperiência dos novos governantes e a miséria do povo.

* * *

Outro produto do cancro bolchevista, que corrói a sociedade e impede sua restauração e progresso, é a guerra fria. Os Estados não comunistas, nas relações internacionais, consideram-se em paz ou em guerra; não há meio termo.

No primeiro caso, existem relações amistosas; no outro, pelo contrário, rompem as relações diplomáticas e preparam ou começam a luta cruenta. Ao passo que a União soviética, com os povos a ela sujeitos não admite senão relações de plena subordinação, com os Estados de fora da cortina de ferro, sob a influência do capitalismo, tem um *modus vivendi* que não é paz, nem guerra propriamente dita, mas denominado guerra fria, da qual o comunismo, porque melhor preparado, tira grande proveito.

(1) Veja-se *Civiltà Cattolica*, 1952, III, p. 326 e 327.

O camarada Nenni, que, como já dissemos, voltou da Rússia confirmado e ardente de amor para com o bom pai da Rússia, Estaline, diz-nos que nenhuma ameaça de guerra pode surgir de tal nação.

Também nós acreditamos que por agora o urso soviético não pretende aventurar-se a uma luta armada de êxito problemático. Porque arriscar-se a uma guerra quente, quando com um gasto muito menor, quer dizer, mediante uma guerra fria, se pode despojar e empobrecer o inimigo até que chegue o momento propício para o atemorizar sem lhe vibrar golpe algum? Quem não sabe que os povos livres foram obrigados, pelo procedimento equívoco e perigoso dos estratagemas soviéticos, a rearmarem-se, a gastar biliões e biliões de dólares em preparações bélicas, com dano das economias nacionais já tão diminuídas com a passada guerra mundial?

Com este novo sistema de guerrear pode-se manter a máscara de paz, falar até à saciedade de paz, iludir as massas ofuscadas com este engano, e entretanto alcançar êxitos que dificilmente se conseguiriam com o uso violento das armas e derramamento de sangue. As Nações livres, não habituadas a este novo género de guerra e impotentes, ao menos ao princípio, para se defenderem, assistiriam a triunfos extraordinários que a guerra fria concedeu à Rússia soviética.

Ela, com efeito, com os enganamentos, com as violências, com o terrorismo, consolidou e estendeu o seu poder a muitos povos. Nas eleições húngaras de Novembro de 1945 os comunistas foram uma minoria com relação à maioria alcançada pelo partido dos pequenos proprietários. Pois, esta minoria, penetrando, com toda a espécie de enganamentos, na polícia e na administração da justiça, mandava processar e condenar os expoentes mais categorizados do anti-comunismo. Os russos com este método, conseguiram ficar livres para fazer e desfazer, a seu bel-prazer, segundo o interesse do bolchevismo.

Também a Alemanha oriental foi subjugada pelo comunismo soviético com os mesmos sistemas terroristas. Nela já a Rússia criou um forte exército, que professa uma adesão leal à fé comunista. Também a Checoslováquia, embora ligada aos Estados Unidos, à França e à Inglaterra, que contribuíram para o seu ressurgimento depois da primeira grande guerra mundial, teve de se persuadir que afirmar uma aliança com a Rússia equivalia a cair, como a mosca, na teia da aranha. Mais cedo ou mais tarde, voluntária ou involuntariamente, foi obrigada a deixar-se arrastar ao arbítrio do politburo soviético. O partido comunista checoslovaco infiltrou-se gradualmente nos organismos públicos até que, com uma revolução surda e nada violenta, se apoderou do poder enquanto Benès, chefe do Estado, morria dum colapso cardíaco e o ministro dos estrangeiros, Masarik, se suicidava, se não foi morto pelos comunistas.

Mas, a principal vitória soviética é constituída pela adesão do imenso império chinês ao comunismo. É preciso, porém, notar que para este sucesso contribuiu mais a ingenuidade de Roosevelt e de Churchill do que a astúcia de Estaline, os quais na conversação de Ialta de 11 de Fevereiro de 1945 fizeram secretamente, à custa dos chineses, grandes concessões a Estaline. Desde então a China, convencida de que era inútil e prejudicial a sua amizade com a América, voltou-se para a Rússia e aceitou o seu predomínio.

Agora pode afirmar-se, que os governos comunistas, com a Rússia à frente, dominam mais ou menos, 30% da população mundial. Se, além da China, o comunismo puder estender os seus tentáculos ao resto da Ásia e do Pacífico, a Rússia ficará então a fiscalizar mais de metade da população do globo.

* * *

Mas, se na esfera política o cancro soviético estendeu as suas devastações, também na esfera religiosa não foi

menos corrosivo e maléfico. O velho Satanás, que se levantou contra a Igreja desde o início da propaganda apostólica, e sem descansar a combateu durante vinte séculos, hoje dir-se-ia que incarnou nos chefes soviéticos. Não se combate contra uma parte do credo, nem contra esta ou aquela religião mas pretende-se destruir radicalmente toda a religião e até a própria ideia de Deus, que é o seu fundamento.

O sistema empregado nesta luta sacrílega é sempre a intimidação, o terrorismo, o engano, a fraude, a expulsão dos missionários, a perseguição do clero, particularmente dos seus chefes. Stepinac com a sua consequente condenação; o processo contra o cardeal Mindszenty na Hungria, a hecatombe de sacerdotes no México, na Espanha, na Rússia e em outras partes, são as provas peremptórias.

Esta luta, enquanto pretende destruir a religião, destrói ao mesmo tempo a civilização, determina e acelera o seu processo degenerativo, pois é sabido que sem o sustentáculo da religião, a moralidade, fundamento da civilização, perde todo o vigor e sentido. A civilização significa a floração da vida humana não só nas técnicas materiais, mas, sobretudo, nas morais, com que se desenvolvem as actividades do espírito tendente não só para a verdade, mas também para o bem. É evidente que o factor religioso desempenha uma função principal na civilização (1). Suprimir a religião é, pois, um crime de lesa civilização; seria o mesmo que apagar o sol do nosso sistema planetário.

É verdade que o bolchevismo se gloria de substituir a religião pela ciência; mas engana-se, se julga que pode dar um sucedâneo do tónico religioso mediante a ciência. «A ciência, obra do homem, diz Daudet, participa das vertigens e da obstinação do homem, da cegueira,

(1) Veja-se J. MARITAIN, *Religion et culture*, Paris, 1940, p.21.

do seu orgulho, dos seus limites, que, de modo nenhum, se desviaram, como pensam os evolucionistas da última hora. Não pode, pois, ser fundamento da educação e da moral; instrui o espírito, mas não o forma. Pode-se ser um poço de ciência, e não ter o mais elementar bom senso. A ciência não desenvolve o juízo; desenvolve, antes, o amor próprio, que é uma segunda cegueira além da que é inerente ao homem» (1).

Quem não conhece a desilusão daqueles que afirmavam que abrir escolas significava proporcionalmente fechar cárceres? Crer, com efeito, que a instrução e a ciência podem substituir a função moralizadora da fé religiosa, significa que as massas podem viver só com os preceitos da razão, o que é sonhar na idade de ouro e nas invenções dos poetas. Teodoro Roosevelt disse um dia que a famosa universidade de Harvard formava um número de velhacos superior ao das outras universidades. A história demonstra, contra o comunismo, que a religião e a civilização vão a par e passo; se uma declina a outra tende para o ocaso. Carducci podia, pois, num famoso discurso afirmar solenemente esta verdade, que se pode bem chamar uma lei histórica: «Onde e quando a ideia divina refulge firme e serena, aí surgem e prosperam as cidades; onde e quando ela vacila e se obscurece, aí decaem e se corrompem as cidades».

* * *

Não há dúvida que os chefes comunistas alcançaram até agora, resultados consideráveis modificando o equilíbrio mundial a favor do comunismo. Que meios empregaram para chegar a esta meta? Já indicámos alguns; mas o principal é a propaganda que empregam os apre-

(1) L. DAUDET, *Le stupide XIX^e siècle*, Paris, 1922, p. 230-231.

goadores do comunismo. A característica do seu método de propaganda é a sementeira de conceitos e de mitos, que têm grande poder de atracção e de fascinação sobre as massas.

Democracia, progresso, liberdade, cultura, pátria, paz, são as drogas que inundam, profusamente, os escritos e os discursos dos propagandistas da palavra soviética. Por agora, prefere-se a mensagem da paz. Este desventurado substantivo, é tão mal tratado pelo comunismo, tão desvirtuado, que quando brota dos lábios soviéticos, é sinónimo de destruições e de traição.

A propaganda comunista, além de escolher fórmulas cheias de conceitos que exprimem as aspirações profundas do homem, é incansável, pertinaz em insistir nos mesmos termos e nos mesmos *slogans*. É impossível que uma técnica deste género não exerça grande influência naqueles que não se dão ao trabalho de fazer passar pelo crizol da crítica as ideias, de que encham o próprio cérebro. Por outra parte, muito poucos estão em grau de exercer forte fiscalização sobre as concepções que circulam pelos caminhos tortuosos da sociologia e da política.

A propaganda estaliniana com a ininterrupta repetição dos mesmos apoftegmas, dirigindo-se directamente às mais ardentes paixões, dispensa argumentos e provas e penetra facilmente — senão pela porta ao menos pela janela — nas inteligências das massas populares.

Também há alguns intelectuais que caem no engano comunista; algum intelectual de menor envergadura, que se comove ao ouvir falar da fome proletária, e se comove até às lágrimas, até à exaltação e imploração da *paz*, *há tanto tempo ansiada*.

Os especialistas da propaganda soviética possuem o poder de hipnotizar — melhor — de cloroformizar, ou de obscurecer os entendimentos indefesos para os levar a aceitar como dogmas as mentiras comunistas.

Embora seja astuta e actualizada a estratégia da propaganda russa actual, embora as suas conquistas pareçam

magníficas e maiores ainda as possibilidades de invadir as restantes áreas não protegidas pelo pacto do Atlântico e pelo pacto do Rio de Janeiro, o Golias soviético parece-se muito com a estátua de Nabucodonosor com os pés de barro; também ele tem o calcanhar de Aquiles.

Se o comunismo, como vimos é um cancro que perturba os normais nexos e relações da vida civil, é também um tumor maligno portador da sua condenação à morte. O cancro que, sob a aparência pomposa tortura o organismo soviético é elemento irracional sobre o qual assentam — como torre sobre areia — o edificio ideológico, quer dizer: o irracionalismo metafísico, negador da causa primeira pacificadora da inteligência; o irracionalismo ético, destruidor da lei que domina os indivíduos e os Estados; o irracionalismo económico, opressor do incoercível instinto humano da apropriação; o irracionalismo político, que mergulha no nirvana estatal a pessoa humana; o irracionalismo psicológico, que puerilmente julga abolir a lei da dor; o irracionalismo antropológico, que descobre nos homens uma multidão de macacos saídos da floresta em busca de alimento.

As tremendas consequências deste vício constitucional soviético são em grande número; basta indicar a coacção excessiva que se deve impor à sociedade comunista para não cair no caos. Todo o sistema totalitário — como o é fatalmente o comunismo — é necessariamente rígido; não suporta tolerâncias e deformidades, sem que se incorra no crime do desviacionismo. É preciso, custe o que custar, não só seguir as linhas gerais do partido, mas também convém sujeitar-se a todas as imposições relativas aos mais pequenos pormenores das realizações sociais, económicas e políticas. A própria literatura, a ciência, a filosofia, a arte, todas as manifestações da civilização devem ser manchadas e afeadas pelo emplastro conformista. No quadro totalitário não há sequer possibilidade de pensar livremente. Como consequência, tem-se assim um estado anormal, um estado

violento, que, se não explode, é por causa da engrenagem da prepotência da polícia.

O comunismo, afirma o camarada Nenni, ao voltar do paraíso moscovita, cria, com os milagres da técnica, *a abundância; e com a abundância a felicidade do homem*. Dado mas não concedido tudo o que afirma Nenni, quem pode pensar que a felicidade do homem está na abundância? As palavras de Nenni são verdadeiras se se tratar de bois que não têm o poder de abstrair e se satisfazem com uma mangedoura cheia de feno; mas se se fala de seres humanos, aquelas palavras são contraditórias, são uma blasfémia que anula a dignidade do homem.

A civilização, é verdade, que dirige e impele as forças sociais para o incremento dos valores materiais, e não se preocupa com os valores espirituais senão para os materializar, subordinando-os aos valores quantitativos, poderá deslumbrar, com certo êxito sobre as forças da natureza, mas a sua marcha é uma corrida para a morte, porque o património económico, a teatralidade técnica não contam se na civilização não circula o tónico ético religioso, que vivifica os seus vários factores. O grande povo russo não se poderá contentar com a abundância, se está em grau de gozar as liberdades civis, sobretudo a verdadeira liberdade religiosa.

«Temos a firme certeza, afirma S. S. Pio XII, no apelo paterno de 1952 aos povos da Rússia, que dos erros (soviéticos) só podem derivar ingentes danos, visto que arrancam às almas não só aquela luz sobrenatural e aqueles supremos auxílios que provêm da piedade do culto de Deus, mas destroem a dignidade humana e a justa liberdade devida aos cidadãos».

Esperamos que a consagração do povo russo a Nossa Senhora da Assunção acelere o ocaso do bolchevismo. Não há dúvida sobre este ocaso. O dominador da história, o carpinteiro de Nazaré, que de há dois mil anos constrói esquifes para todos os seus inimigos, pre-

para também um, onde se hão-de colocar as prepotentes loucuras dos chefes moscovitas.

Jamais foram desmentidas as palavras inscritas na base do soberbo obelisco da Praça de S. Pedro: *Cristo vence*. O historiador de amanhã poderá, pois, exclamar com o salmista: *Vi ao ímpio sumamente exaltado, e elevado como os cedros do Líbano. E passei (daí a pouco), e já não existia; e busquei-o, e não foi achado o seu lugar (Salmo XXXVI, 35-36)*.

CAPÍTULO VI

O COMUNISMO PERIGO COMUM

Quem observar as correntes políticas, que se agitam presentemente em várias nações, não pode deixar de notar com tristeza que em muitas delas gravitam orientações falsas de pensamento, orientações enganadoras, sobrevivências nefastas; numa palavra, uma herança traiçoeira que termina no laicismo da pior espécie.

O *virus* laicista inacula a ideia obsessionante, pela qual se descobre na Igreja uma espada de Dâmocles que ameaça a liberdade do cidadão e o bem-estar da Nação.

Quem, de facto, segue a polémica política diária, nota que o laicismo agita continuamente o espantallo do predomínio clerical, da prisão do país e da sua abdição nas mãos da Igreja, do neo-guelfismo pelo qual trabalhariam detrás dos bastidores os neo-fascistas e os monárquicos unidos nada menos do que com a Acção Católica. Derramam-se lágrimas inconsoláveis pelo declínio laicista, pela clerização da escola, pelo profissionalismo do Estado. Enquanto se teme o pretenso e imaginário totalitarismo clerical, não se vê o verdadeiro perigo que impende sobre todos, o perigo do inimigo comum.

Este inimigo é o comunismo, que ameaça a liberdade, a paz, a religião, toda a ordem necessária para a segurança da pátria e progresso da civilização.

* * *

Procura, de modo particular, a demolição do Estado; é uma cunha que pouco a pouco se vai introduzindo no organismo estatal para o reduzir a estilhaços e consti-

tuir uma nova organização, de que os próprios arquitectos do sistema nada nos sabem dizer sobre a sua constituição e sobre o seu funcionamento.

Para o marxismo, o homem não é, como disse Aristóteles, um animal político, mas um animal produtor que coopera com os outros no trabalho. A sociabilidade humana para o marxismo esgota-se na associação económica. O órgão político, que denominamos Estado, não é senão uma arma de opressão, o produto e a expressão do domínio duma classe, que outrora era o patriciado, mais tarde a nobreza feudal e agora a burguesia. O comunismo pretende destruir tal obstáculo, que já não terá razão de existir desaparecendo as classes e as suas lutas.

O próprio Marx, na sua obra contra Proudhon: *Miséria da filosofia*, assim escreve: «A classe trabalhadora no decurso da sua evolução substituirá a antiga sociedade civil com uma associação que excluirá as classes e a sua oposição. Já não haverá poder político propriamente dito, visto que o poder político é a expressão oficial do antagonismo entre as classes da sociedade civil» (1).

Os comunistas apresentam um paraíso terrestre, mas têm cuidado de não traçar um quadro de linhas bem nítidas e definidas. Quando muito, mostram algum esboço vago e esbatido; mas pintam com toda a precisão a organização provisória que deverá preceder a futura, definitiva e eterna ordem da sociedade comunista. Ao contrário dos anarquistas que, não querendo rémoras, não toleram uma fase intermédia entre a velha e a nova ordem de coisas, mas com um brusco salto desejam passar do inferno burguês para o paraíso marxista; os comunistas menos apressados e mais sábios, antes de iniciarem o novo curso dos séculos toleram uma certa quarentena, que Marx denomina a ditadura revolucionária do proletariado. «Entre a sociedade comunista e capitalista, interpõe-se, escreve Marx, na *Crítica do*

(1) K. MARX, *Misère de la philosophie*, Paris, 1937, p. 161.

programa de Gota, um período de transformação revolucionária de ambas. A este período corresponde o período político de transição, que não pode ter outra forma estatal senão a ditadura revolucionária do proletariado» (1).

Que tal processo não seja uma delícia afirma-o Lenine, o grande discípulo de Marx. «A ditadura do proletariado implica uma série de restrições da liberdade dos exploradores, dos opressores, dos capitalistas. Devemos oprimi-los para libertar a humanidade da escravidão do salário. A sua resistência deve ser aniquilada com a força, e é evidente que onde há repressão, onde se emprega a força não existe democracia. A democracia para a grande maioria do povo é a repressão violenta dos exploradores, dos opressores do povo, com a sua exclusão da democracia» (2).

A ditadura, escreve ainda, na sua concepção científica não significa senão o poder, não limitado por coisa alguma, por lei alguma; não impedido por regra alguma; funda-se directamente na violência» (3).

Se recorrermos não só à doutrina mas também à prática comunista, teremos uma confirmação da brutalidade da ditadura proletária prosseguida pelo marxismo. A história do que sucedeu e sucede na Polónia, na Hungria, na Roménia, na Checoslováquia, na própria Jugoslávia que se separou do bloco soviético, mas não renunciou ao marxismo, fala-nos continuamente dos horrores e das inauditas violências com que se inaugurou a democracia progressiva entre os povos que tiveram a desgraça de cair sob o jugo comunista.

O comunismo inimigo irreconciliável do Estado, em geral, é-o sobretudo do Estado democrático. A fórmula: *democracia progressiva*, tanto em voga entre os

(1) C. MARX, *Critica del programma di Gotha*, 1933, p. 34.

(2) LENIN, *Stato e Rivoluzione*, Milão, 1920, p. 99.

(3) LENIN, *De l'État. Contribution à la question de la dictature*. Citado por STALIN em *Questions de leninisme*, Paris, 1936, p. 22.

cominformistas, com que designam o próprio ordenamento político, é uma das fórmulas em que o adjectivo destrói o substantivo.

A organização política que se funda seguindo os planos traçados pelo marxismo, deve, pouco a pouco, rejeitar tudo o que é próprio e essencial das instituições democráticas.

Na realidade, a democracia do comunismo retrocede, destruindo os elementos democráticos, como se vai destruindo a vela acesa. O progresso da democracia comunista tem fatalmente uma orientação diametralmente oposta à da verdadeira democracia.

Examinemos a organização tipo da democracia progressiva, isto é, da Rússia actual. A alma de toda a democracia digna deste nome, que é a liberdade, particularmente no campo político, e que tem a sua concreta expressão no pluralismo dos partidos, desapareceu irremediavelmente. A multiplicidade dos partidos torna-se necessária, pois que os cidadãos, embora concordem no fim do bem comum, abrem-se caminhos diferentes para o conseguir.

Portanto, a imposição dum único partido realizado pelos soviéticos limita injustamente a liberdade; com ela desaparece o princípio da igualdade, fundamento do regime democrático. Com efeito, na Rússia, o sistema comunista tolera com o partido único um grupo de privilegiados, que, dispondo de meios estatais e identificando-se com o Estado, dominam e subjagam cerca de 200 milhões de pessoas.

É evidente que sendo as liberdades interdependentes, destruindo a liberdade política não há liberdade na circulação das ideias, na educação da prole, na difusão da imprensa. Com razão escrevia um dos chefes comunistas americanos, Budenz, ao abandonar o comunismo: «Descobri com amargura que, quando o homem entra no partido comunista, assina a sentença de morte da sua liberdade de pensamento, de palavra e de acção».

A abolição da propriedade basta por si para destruir a independência pessoal.

O comunismo ruinoso e catastrófico para o Estado e para a democracia, não é menos nefasto para o trabalho. Clama-se aos quatro ventos, por convicção ou para dizer que o capitalismo é inimigo do trabalho; de facto, não existe capitalismo que seja tão prejudicial e deletério para as massas operárias como o comunismo, quer na sua fase preliminar, necessariamente revolucionária, quer no triunfo alcançado sobre os seus inimigos com a plena e incontestável conquista do poder político.

Este traidor dos trabalhadores professa-se, é verdade, como o único defensor, o vingador belicoso, o grande messias decidido a remir o proletariado, e entretanto destrói a arma com que o trabalho alcançou as maiores vitórias no campo social. Desfaz-se em abraços ao operário, mas aperta-o de tal maneira que o estrangula. Com efeito, o comunismo serve-se do sindicato não como instrumento de defesa e de reivindicação, mas como um instrumento passivo do imperialismo russo.

A mania revolucionária da Confederação comunista do trabalho, pela qual nunca se desiste de excitar greves (greves em cadeia, brancas, de solidariedade, de advertência, etc.) apresenta-se e age sob a aparência de aumento de salários, mas na realidade o alvo é muito diferente; é precisamente, o de impedir o melhoramento económico da Nação, o de aumentar, por todos os meios, o descontentamento das massas, abrir cada vez mais o abismo que separa as classes, e cede às perspectivas do imperialismo russo.

Daqui a subordinação, ou melhor, a escravidão do sindicato nos confrontos com o partido político. O estatuto da terceira internacional leninista fala claro. No artigo IX deste documento, aprovado em 1920 no segundo congresso lê-se: «Todo o partido desejoso de pertencer à Internacional comunista, deve prosseguir uma propaganda contínua e sistemática no seio dos sindicatos,

das cooperativas e de qualquer outra organização. Devem-se formar núcleos comunistas que terão por função revelar a cada instante as traições dos sociais patriotas e as iniciativas hesitantes dos dirigentes. Estes núcleos estarão plenamente subordinados ao partido».

No artigo X prescreve-se: «Todo o partido, admitido na Internacional comunista deve, com toda a energia, combater a Internacional comunista dos sindicatos amarelos fundada em Amsterdão, e concorrer com todo o seu poder para a União Internacional dos sindicatos vermelhos inscritos na Internacional comunista».

Esta doutrina dum sindicalismo que não é directamente posto ao serviço do trabalho mas ao serviço dum partido, não foi modificada, antes confirmada pelo sucessor de Lenine. Estaline, na Constituição soviética de 1936, prescreve que o núcleo de cidadãos mais activos e conscientes, que formam o partido comunista, deve impor as próprias directivas a todas as outras organizações de trabalhadores de qualquer espécie.

É evidente que o sindicato operário é deste modo sacrificado ao Moloc estatal que, em geral, na Rússia tem em vista fins opostos aos do trabalho; tais são os fins militares, as ambições imperialistas, o prestígio nacional; tudo isto absorve o rédito do país e não deixa ao povo trabalhador senão algumas migalhas.

O inconveniente tão deplorado no regime capitalista, pelo qual se formam grandes, irritantes e deploráveis distâncias sociais entre poucos detentores da riqueza e os operários, é produzida e piorada na organização comunista da sociedade, com a diferença que já não são os patrões, mas os representantes do Estado, que podem impunemente oprimir, mantendo na mão, com o poder político, a esmagadora força económica.

Dir-se-á que estes e outros inconvenientes se limitam ao período preliminar ou inicial da organização comunista e já não existirão no segundo tempo, na sua

organização definitiva, como não ficam os andaimes depois do edifício construído.

Esta resposta não convence ninguém. Já passou mais duma geração, quase quarenta anos, e não só as deploradas posições do regime soviético se removem, não só não há sinal algum do seu gradual desaparecimento, mas aumentam e se consolidam cada vez mais. Órgãos da polícia, militares, fiscais, alfandegários, propagandistas, quintas colunas, concentrações burocráticas, muralhas chinesas, sob a pressão dum totalitarismo pior que o hitleriano, tornam-se cada vez mais fortes e e mais pesados.

É inútil o recurso a um futuro feliz, porque se pode demonstrar que as citadas desordens são inerentes ao sistema, e brotam dos princípios da filosofia marxista.

* * *

Se o comunismo, sob o aspecto político é um cancro que corrói e destrói o organismo estatal e suprime a democracia; sob o aspecto social desarma o operário e o torna escravo; sob o aspecto religioso é o perseguidor mais astuto e o mais desumano carrasco que a história conhece.

É bem sabido que no pântano do materialismo não pode penetrar a religião. Esta, segundo a doutrina marxista, é um dos subprodutos do nosso cérebro, posto em movimento por factores económicos. A religião seria uma fantasmagoria de esplendores, que reflectem a realidade dos métodos da produção e das trocas. A sua verdadeira essência é exclusivamente ideal, e dela não se tem nada fora do pensamento. Segundo Marx, a religião «É a região nebulosa, em que as criações do cérebro humano parecem animar-se de vida própria e constituir-se em seres independentes não só em relação entre si mas também com os homens».

Para o marxismo, Deus, Santos, perspectivas de além-túmulo, lei moral como reflexo da lei eterna, só são mentiras e pueris ninharias, que se deitarão fora com todas as teias ideológicas a elas sobrepostas no advento da sociedade sem classes. Por conseguinte, o fim supremo do ser humano não passa além das estreitas barreiras do presente; e a crítica da religião resume-se nesta desoladora doutrina: O homem é fim em si mesmo, como confessa o próprio Marx.

Se os comunistas se limitassem a expor as excogitações materialistas duma pseudofilosofia, como é a de Feuerbach, e a discutir acerca da gênese económica das religiões, imaginando-se na estratosfera da especulação, podia então nos seus confrontos adoptar o conselho de Dante: *Não fales deles, mas olha e passa*. Infelizmente, o comunismo não se limita a isto, mas ultrapassa os seus limites para ensinar às massas que a religião não é um erro inofensivo, é um mal social, um narcótico que paraliza as aspirações e todo o entusiasmo contras as injustiças das classes dominantes. Daqui a luta, as violências, as perseguições, que desonram a nossa época, contra os crentes, a quem nem sequer os redentores do proletariado deixam pensar, sentir e operar religiosamente.

Na revista *La Civiltà Cattolica* várias vezes se apontou o que o comunismo ousou perpetrar sobretudo contra a Igreja católica, e quão vergonhosa e desumana foi a atitude dos chefes soviéticos, quer na Rússia, quer nos países que caíram sob o seu domínio e sob a sua esfera de influência. Enquanto escrevemos estas linhas, os comunistas na China praticam contra os crentes as gestas criminosas que praticaram no México, na Espanha, na Albânia e em toda a parte onde conquistaram o poder. É evidente que o carrasco político sabe graduar as violências, e pode às vezes oferecer tréguas à sua sede de sangue e de perseguição; pode às vezes estender a mão, onde não pode dar um pontapé; pode até, depois das horríveis perseguições, tolerar alguma confissão reli-

giosa que se preste a servir o ateísmo sob a aparência de patriotismo, como sucedeu na Rússia ortodoxa. Mas isto não é senão oportunismo disfarçado, para ajudar a causa do comunismo.

Na Itália declarou que não era hostil à religião; adoptou a política da mão estendida. Depressa, porém, deitou fora a máscara e começou a combater a Igreja propalando mentiras e calúnias, especialmente, contra o Vaticano, contra o papado e o clero.

Não há dúvida que a mania da irreligiosidade, de que o comunismo está cheio, constitui um crime prejudicial não só à nação mas à civilização. Quando se pensa no serviço que a religião presta à pátria, e em geral, à sociedade justificando por um lado o comando e por outro a obediência, garantindo as noções de direito e de dever, propugnando o exercício das virtudes sociais, oferecendo uma sanção superior às leis que apresenta como normas de consciência, mantendo a moral, os costumes e a solidariedade, só podemos declarar com Platão: «Banindo a religião destroem-se as bases da toda a sociedade».

Se é verdade, como demonstrámos, que o comunismo é a ruína dos superiores valores humanos, quer dizer, da ordem política, social e religiosa, segue-se que o apelo à unidade para enfrentar tal perigo não devia encontrar indiferentes, duvidosos e indecisos entre aqueles que têm algum sentido de responsabilidade. É preciso que não haja dispersão de forças, mas que todas se concentrem para criar uma sólida barreira contra o comum perigo comunista. Seria muito triste que os partidos que aborrecem a bandeira do bolchevismo, que não estão sujeitos ao Kremlin, se combatessem mutuamente, e só tivessem como alvo das suas críticas o partido que está no poder.

Infelizmente, o partido que governou durante muito tempo, tornou-se o alvo, com razão ou sem ela, de todas as críticas. Contra a democracia cristã dirigem-se as

setas e atribuem-se-lhe desordens, abusos, hipocrisias, desvios de dinheiros, acções e crimes de toda a espécie. Não é nosso intento explicar todas estas acusações nem sempre serenas e desinteressadas. É preciso, porém, reconhecer que este partido, não obstante as condições em que tomou o governo, soube arrancar o país da ruína. É também, apesar de tudo, a barreira contra a aluvião bolchevista. A sua derrota não poderia deixar tranquilos aqueles que ainda têm certo patriotismo.

A todos estes, que por felicidade, são muitos e, em geral, a todos os que repudiam o jugo de Moscovo, se dirige o convite. Proceder isoladamente, considerarem-se intocáveis e não ter em vista senão o interesse particular significa defender os interesses do imperialismo soviético.

Certamente, pertence à natureza dos actuais governos representativos o pluralismo dos partidos, que servem para simplificar e uniformizar as múltiplas concepções e opiniões políticas dos eleitores; simplificação e uniformidade que não levam a uma absoluta homogeneidade e identidade de visão dos problemas que dizem respeito à estrutura e conduta do Estado.

O bem público pode-se alcançar por vários meios; daí a variedade de partidos, que com a formação da consciência política do povo se reduzem a muito poucos e às vezes só a dois. Partindo, porém, de princípios diversos, e tendo uma doutrina própria e um programa especial, podem os vários agrupamentos políticos traçar uma uniformidade de acção. Esta união, isto é, a exigência duma frente única impõe-se hoje, se é verdade que há um inimigo comum. Engana-se quem julga que a ameaça comunista, que em Abril de 1948 levou muitos eleitores a alistarem-se sob a sua bandeira, quase desapareceu ou diminuiu. Que assim tenha sucedido no Norte da Itália, concede-se; mas no Sul talvez tenham uma compensação. Aí, é verdade, os comunistas têm de contar com as multidões solicitadas por nostalgias monárquicas e em parte por melancolias neo-fascistas;

mas não é improvável, que o grande desenvolvimento das forças de propaganda, os truques de que são mestres, as mirabolantes promessas feitas aos camponeses ignorantes, os sábios artificios para explorar o descontentamento do povo, levem a compensar-se das perdas.

Para os observadores e glosadores das actuais vicissitudes internacionais, particularmente o duelo entre os dois blocos, o americano e o soviético, o perigo comunista persiste contra os povos livres.

Não é, pois, repetimos, o caso de se fechar no âmbito das próprias preocupações e perder a perfeita visão da trágica realidade presente. Quando os turcos estão às portas de Constantinopla, não ajudam as lutas bizantinas; quando Aníbal cerca Sagunto, as discussões do senado romano não desarmam o fero cartaginês; como o patriotismo e as divisões das cidades gregas não impedem a invasão romana da Grécia.

Hoje o invasor não está só às portas; tem os seus fiéis e numerosos emissários dentro da cidade, em que facilmente rouba e se prepara para atacar a verdadeira paz, a nossa liberdade (1), o mais querido e sagrado que possuímos. Só a concentração das forças nos pode salvar, que não inclui a renúncia das preferências e das especiais aspirações dos agrupamentos políticos; trata-se, sim, de impedir as discussões e as lutas a que dão lugar.

«Hoje, disse De Gasperi, defende-se a liberdade; amanhã, garantida a liberdade e conseguida a segurança, discutiremos todo o resto». *Primeiro é preciso viver, acrescentamos nós, e depois filosofar.*

(1) Em *Rinascita* de Fevereiro de 1952 o chefe do comunismo em Itália fez saber que os comunistas, destes últimos decénios, estão na vanguarda na luta pela liberdade. Mas que liberdade?— Pela liberdade de destruir um totalitarismo e substituí-lo, em tempo oportuno, por outro pior e de importação estrangeira, isto é, pelo totalitarismo estaliniano.

CAPÍTULO VII

CONTRA A ESCRAVIDÃO COMUNISTA A CIVILIZAÇÃO TRABALHO

Entre as várias fórmulas que frequentemente circulam na literatura social actual, distingue-se a da civilização do trabalho. A sua fortuna deve-se, em parte, atribuir a que se presta a conceitos vagos e imprecisos, que se podem ampliar ou estreitar segundo os gostos. Pelo contrário, as expressões que se limitam a significar ideias nítidas e definidas, porque impõem uma disciplina de pensamento, hostil a outros e importuna, não estão muito em voga.

Como a fórmula mencionada é um tanto indeterminada e elástica, antes de entrar no fundo das coisas, não será inoportuno estabelecer o seu conteúdo; deste modo, poderemos facilmente individuar as forças que hoje procuram dar um aspecto novo à nossa civilização.

Acerca da noção de civilização rejeitamos, em primeiro lugar, a pessimista, pela qual a civilização seria um conjunto de valores, como uma fusão de vários metais, que progride, e pouco a pouco se perde até desaparecer por completo. Como um astro sobe e se eleva até ao zénit para depois declinar e se pôr. *Bela coisa mortal* (diremos com o cantor de Laura) *passa e não dura*.

Mas esta é uma abstracção cómoda para os estudiosos, que não representa o concreto e pleno processo da civilização como se desenvolve no campo dos factos. A história não nos oferece ciclos de civilização diferentes e ao lado uns dos outros, mas múltiplos entrecchos dos seus elementos.

A visão realista da civilização represeta-no-la como um conjunto de condições materiais e espirituais, em que

vive a sociedade e caminha para metas que são ou parecem superiores. Nas várias civilizações persistem elementos idênticos, e não se distinguem senão pelo predomínio de algum novo factor que lhes infunde uma nova característica ou um novo cunho.

A civilização, produto social do homem, está também condicionada pelo determinismo policromo derivante do quadro geográfico em que se inclui a vida associada, do ambiente climático, do carácter racial, da herança de tradições, costumes e religiões.

As fatalidades das forças económicas nas civilizações arcaicas tiveram um domínio tão preponderante que as tornaram uniformes e muitas vezes estacionárias. Mas o homem com a modificação e aperfeiçoamento da técnica nas suas múltiplas direcções, desenvolve maior poder nas forças brutas da natureza. Neste caso a civilização, sob os seus vários aspectos, sobe a graus superiores, correspondentes a novas necessidades e às mais refinadas exigências culturais. Neste estádio, o estudioso dos fenómenos sociais pode encontrar no fundo da polimorfa e exuberante florescência da vida social algumas concepções, alguns princípios supremos, que como motores imóveis, animam uma época inteira. Difundindo a sua luz, propícia ou enganadora, estimulam sentimentos, aquecem paixões, criam correntes de pensamento, convergência de acção, atribuindo à civilização orientações peculiares, ou como diz Toniolo, *vocações* especiais.

Ora, a vocação da época que já começou no fim da guerra mundial, e que será a sua glória duradoura, é, se não erramos, a vocação social. O tormento que hoje preocupa os ânimos dos grandes construtores da história, dos activos, dos dinâmicos, que mais cedo ou mais tarde arrastam atrás de si as multidões; o motivo cada vez mais decidido e imperioso, que anima os povos que vão na vanguarda do progresso, tem a sua génese na necessidade de dar ao trabalho o lugar de honra que lhe pertence, se é verdade que «para nos dar os bens tão

necessários ao exercício da mesma virtude é precisa e eficaz a obra e a arte dos proletários de tal modo que as riquezas das cidades provêm do trabalho dos operários» (1).

Não há dúvida que a evolução da sociedade civil é orientada para uma ordem, para uma estrutura social, em que o trabalho braçal e intelectual, não como objecto de especulação e exploração capitalista, poderá realizar no sector económico, político, jurídico e social todas as consequências derivadas do seu carácter pessoal. Uma época em que a democracia industrial passará da academia à realidade; uma época em que o quarto estado poderá exercer um poder proporcional às suas forças, que prestará ao bem-estar comum, será a época da civilização do trabalho.

É evidente que já se realizou alguma coisa neste sentido. «A nossa época orgulha-se, como escrevemos já (2), não tanto do progresso no campo *técnico*, isto é, nas relações do homem com as coisas, mas sim do progresso no campo *social*, quer dizer, nas relações do homem com o homem. Os abusos de outrora, pelos quais os fortes impunham às massas operárias, *um jugo pouco menos que servil*, desapareceram em grande parte.

As Constituições que ainda não há muito quase desconheciam o trabalho, hoje sentem um sacrossanto dever de lhe conceder um lugar de honra reconhecendo e protegendo os seus direitos. A Constituição mais recente, a Italiana, declara no primeiro artigo: «A Itália é uma República fundada no trabalho».

O progresso que se vai realizando pela legislação quer nacional quer internacional marcha em ritmo cada vez mais acelerado, como se pode deduzir das publicações da *Repartição Internacional do Trabalho*.

(1) LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, 15 de Maio de 1891.

(2) Veja-se *Civiltà Cattolica*, 1950, III, p. 345.

Se examinarmos as condições materiais e morais do operário de há um século e as compararmos com as de hoje, não poderemos deixar de salientar os progressos dos salários reais, a redução das horas de trabalho, a elevação do teor de vida, o melhoramento das condições higiénicas nas empresas e todo o conjunto de instituições que são provas eloquentes da reconhecida dignidade do trabalho e da orientação predominante da nossa época, pretendendo com as suas forças libertar e elevar as massas trabalhadoras.

Mesmo aqueles que por sórdido oportunismo vão ao extremo de glorificar e divinizar o proletariado, todos os turibulos que hoje se agitam mais para iludir do que para honrar o operário confirmam, a seu modo, a nossa tese.

* * *

Entre as forças que preparam o advento da civilização do trabalho, aquela que mais sobressai é a organização sindical, que se estende cada vez mais, embora entre erros e incompreensões que impedem ou obstam ao seu êxito. Alguns melancólicos observadores deste atormentado período do após guerra choram o desaparecimento do social, que na sua opinião naufraga gradualmente no colectivo. O social significa as organizações que espontâneamente germinam pela fecundidade natural; por conseguinte, instituições concretas e exuberantes de vida, como a família, a religião, a pátria e outras que, se nem sempre são impostas pela natureza são, porém, conformes com as suas indicações e as suas intenções. O colectivo, é antes de carácter artificial, derivado de abstrações que só dão agregados anémicos, em função duma consciência ideológica, a que grande parte do real escapa.

Sem dúvida, o liberalismo, que inculcou à sociedade o desaparecimento do individualismo, levou-nos a desvalorizar, a deprimir e até a destruir as estruturas naturais,

que são defendidas o «desviacionismo», e não suprimidas, como se fossem excrecências patológicas do organismo social.

Tudo isto é verdade; mas não é menos verdade que foi vigorosa e universal a reacção contra o atomismo, com alguns resultados notáveis. Os sindicatos, que apesar das oposições puderam impor o seu desejo de viver, juridicamente, têm parte nestes resultados. Eles pertencem àquelas estruturas sociais que terminam no vasto campo do trabalho entre aqueles que, ocupando-se da mesma indústria ou de indústrias afins, vivem a mesma vida, têm os mesmos interesses e contraem toda a espécie de relações. São expressões do inato carácter social do ser humano, estruturas naturais, que por si correspondem a um conceito de ordem, enquanto têm por fim imediato e específico disciplinar as relações que nascem entre as forças empreendedoras e as do trabalho, equilibrá-las nos contratos, criar unidade orgânica e representação de interesses entre as categorias trabalhadoras.

Estes organismos, até agora, dirigiram de preferência, quando não exclusivamente, a sua actividade para a luta contra as classes patronais. Esta atitude belicosa tem a sua explicação não só nas tristes condições do trabalho, mas também foi imposta a algumas correntes sindicais por motivos ideológicos, sendo a subversão social concebida por alguns paranóicos como o meio obrigatório para a criação da pretensa sociedade perfeita, a sociedade sem classes apresentada pelo marxismo. Esta apresentação dum sindicalismo agitado pelo *vírus* marxista e leninista desvirtua inteiramente os organismos operários para os tornar agências ao serviço da política do imperialismo soviético, e tão oposto ao progresso e renascimento que faz tudo para os impedir.

Este sindicalismo, guiado pela concepção marxista da luta de classes, resume-se numa simples catapulta, que não se cansa de ferir golpes contra o capitalismo, não pelos interesses verdadeiros e próprios do trabalho,

mas para exacerbar cada vez mais as relações com os patrões, para assim criar os preliminares da revolução social. Desde que, com a queda do fascismo, houve neste sector a liberdade de associação, jamais deixou de existir a mania das greves excitadas pelo sindicato bolchevista.

Com as contínuas greves assistimos também à invasão das terras, à ocupação das fábricas, ao processo do novo estilo de não colaboração: formas de ilegalidade, de criminosa violência tendentes a negar a hierarquia económica, a disciplina da empresa, o respeito à lei; dirigidas, numa palavra, ao colapso da economia nacional donde deveria brotar o caos da revolução que promete um paraíso quimérico, mas não dá senão um inferno real.

* * *

Contra este sindicalismo tornado político e burocrático explorador das forças das organizações proletárias que tende, em suma, para o triunfo do imperialismo, que não é só (como, com razão ou sem razão, se pensa que é o da América) um imperialismo económico, mas político, social, militar, intelectual, religioso; por conseguinte, um imperialismo que abrange tudo destruindo toda a liberdade. Contra tal sindicalismo existe já um sindicalismo independente que se encontra na autodisciplina e autodefesa das categorias trabalhadoras sem compromisso político algum.

Tanto na ordem internacional como na nacional assistimos ao grande movimento do sindicalismo operário contra o nefasto despotismo moscovita (1).

(1) A 7 de Abril de 1949 uma Comissão especial de sindicalistas publicava uma declaração «para uma nova federação mundial de sindicatos operários livres». O motivo era o seguinte: «A chamada Federação Sindical Mundial (F. S. M.) desenvolve, hoje mais que nunca, uma parte activa na defesa da política externa expansionista de Moscovo... e cumpre todas as missões sórdidas e venais ordenadas pelo sistema de espionagem militar do Kremlin».

Esta renovada consciência sindical, que sem dúvida acabará por triunfar inteiramente sobre os organismos de inspiração soviética, constitui uma das maiores forças que contribuem para dar um novo aspecto à vida associada, à nova civilização, à civilização do trabalho.

Mas, para que o sindicato possa desempenhar tal missão, não basta que rompa a rede da gaiola bolchevista, mas também a concepção materialista e positivista pela qual se dirige o sindicalismo marxista. É simplesmente absurda a afirmação dos direitos do trabalho sem base alguma transcendental de justiça. Quem luta no pântano da matéria jamais poderá encontrar a norma absoluta da moral. Para Marx a justiça não é senão uma sombra vã no seu aspecto (1). É, porém, verdade que não pode ser uma criação da consciência individual, nem da consciência colectiva. Uma justiça que possa impor normas deve ter do alto a força da obrigação moral.

Não pretendemos com isto defender um sindicalismo confessional, visto que se pode admitir um sindicalismo não directamente ligado a forças políticas ou confissões religiosas, isto é, tal que não seja um instrumento movido por um organismo superior político ou confessional. Mas não se pode admitir um sindicalismo independente ou indiferente perante os supremos princípios que regulam toda a liberdade humana. Com efeito, a actividade do sindicato não se pode desenvolver sem a orientação moral; para alcançar o seu fim, deve defrontar-se com problemas que não pode resolver sem as indicações da ética.

* * *

Se, por uma parte, o sindicato se deve fundar sobre a rocha moral transcendente, deve por outra ter em vista uma visão mais ampla da sua missão social.

(1) Veja-se *Morale e Marxismo*, em *Civiltà Cattolica*, 1950, I, p. 258-268.

Não se trata de ter, como alguém pensa, uma estrutura radicalmente diferente com sujeição a devida metamorfose. Parece-nos um tanto pessimista a opinião de algum estudioso do sindicalismo, que julga equívoca a posição das actuais organizações sindicais, sem excluir as que se subtraíram ao jugo aviltante da bolchevizada C. G. I. L. e formaram a Confederação Italiana dos Sindicatos Trabalhadores (C. I. S. L.), formada em 1950 com a fusão da Confederação livre dos trabalhadores, da Federação Italiana do trabalho e da União das Federações autónomas dos trabalhadores Italianos. Tal associação, constituída por elementos democristãos e por elementos de proveniência social democrática e republicana, que se juntaram ao partido dominante, é lógico que se limite a uma função mediadora entre o país e o poder público. e que não seja a *longa manus* do organismo político, com a consequência de que as exigências do partido dominassem as do sindicato (1).

Esta ilação não nos parece necessária. É sabido que os sindicatos livres saídos da cisão do híbrido sindicato unitário ligado ao *Cominform*, deram provas da sua independência. Na greve dos funcionários do Estado de 14 de Setembro de 1951 e na sua prolongada pendência com o governo não tiveram certamente uma atitude independente da política estatal. Não podemos sequer admitir que as afinidades ideológicas e a mesma identidade de inspiração teórica entre partidos e sindicatos devam fatalmente terminar na absoluta subordinação dos últimos, de modo a transformá-los em meros organismos de subserviência política.

Compreende-se que isto sucede quando há um só partido dominador do Estado, como por exemplo na União Soviética; mas não se verifica necessariamente se

(1) Veja-se F. FERRAROTTI, *Premesse al sindacalismo autonomo*, Turim, 1951, p. 24 e segs.— M. BRAVO, *Il problema attuale del sindacalismo*, em *Critica Sociale*, 1-16 de Abril de 1951, p. III.

a condição do único partido desaparecer, para dar lugar ao pluralismo das formações políticas livremente existentes no Estado Democrático. Não cremos pois, que a autonomia da actividade sindical não seja garantida e que os sindicatos com as tradicionais estruturas sejam inadequados para alcançar, com independência, o seu fim.

O que importa é que o sindicato não tome a luta contra a classe patronal, que se limite à simples tutela dos interesses das classes trabalhadoras, mas tenha antes um vasto campo de acção dirigida especialmente ao bem comum. O caminho mais seguro, o melhor meio de promover e assegurar os interesses particulares é o de ter uma visão realista, que os apresente unidos e ligados indissolúvelmente com o interesse geral da colectividade nacional. Missão principalíssima das associações profissionais, que, segundo a *Quadragesimo Anno* «é promover intensamente a sua cooperação para o bem comum, isto é, para a salvação e prosperidade pública da nação».

Esta cooperação pode realizar-se mediante a inserção da representação sindical nos organismos estatais com função consultiva e às vezes normativa, mas limitada aos problemas do trabalho e, em geral, à política económica. Tentativas deste género já se fizeram em vários países com a instituição dos Conselhos superiores do trabalho.

É preciso, porém, salientar, como nota o prof. Mazzoni (1), que às vezes os sindicatos se mostram inferiores, ou melhor, impreparados para estas novas funções. É necessário, pois, que as organizações operárias não infeudadas às ideologias marxistas elevem cada vez mais a sua cultura económica e técnica para se tornarem capazes de resolver os problemas do trabalho, dum modo especial os que mais urgem presentemente, como: os problemas do desemprego, das greves, da população, das

(1) Veja-se *Convegno Nazionale di studi sindacali*, Atti ufficiali, Roma, 1949, p. 32.

áreas prejudicadas, da evolução da empresa e semelhantes.

Também os problemas da organização técnica da empresa, acerca da redução do trabalho, sobre a orientação profissional, sobre a higiene individual e colectiva dos trabalhadores e, em geral, as disciplinas científicas relativas à racionalização da empresa e do trabalho, devem encontrar no sindicato operário, estudiosos e sábios eminentes.

Deste modo pode tornar-se apto para desempenhar a *sua função consultiva* como a da própria elaboração das leis sobre o trabalho; poderá para esse fim exercer a função de vigilância sobre a aplicação de tais leis, poderá apresentar programas que possam orientar, rectificar e harmonizar a intervenção do Estado no campo económico, intervenção tão frequente como necessária. Também os regulamentos complementares das leis sociais se poderiam formular com a colaboração de representações dos interesses profissionais.

Devemos dirigir as organizações do trabalho para esta nova orientação dos fins sindicais, especialmente a Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores, como já salientámos na publicação documental de Março de 1952, intitulada: *Os trabalhadores defendem a Itália e a Itália defende os trabalhadores*. Nela afirmamos, entre outras coisas, que a organização deve procurar conseguir uma melhor orientação de toda a política social do país, num espírito de vigilante colaboração, quando esta concorra para favorecer a defesa e a estabilidade das instituições democráticas, e de consciente e construtiva crítica, quando descubra em certas orientações da política económica e financeira elementos susceptíveis de radical ou parcial mudança, quando opostas às imprescindíveis exigências do progresso económico social.

Semelhante amplidão de horizontes se dá no novo Estatuto da própria Confederação. Pretende, entre outros objectivos, a participação dos trabalhadores, na orientação e fiscalização da actividade económica, na reali-

zação de radicais reformas aptas à maior utilização, no interesse da colectividade, no de todos os recursos do país, e no plano internacional pela: a) solidariedade internacional dos sindicatos dos trabalhadores livres e democráticos; b) unificação económica dos mercados; c) unificação dos Estados políticos.

Poder-nos-ão objectar que atribuindo estas novas funções ao sindicato tira-se-lhe a diferenciação entre a actividade política e a actividade sindical, confundindo, em certo modo, sindicatos e partidos, quando é sabido que a recente Constituição italiana designa as diversas finalidades, como se vê no artigo 49, acerca dos partidos, e no artigo 39, acerca dos sindicatos. Mas a dificuldade cessa, quando se nota que o sindicato pode ter uma actividade política própria, mas não a actividade política de partido. Enquanto este último pode concorrer para determinar a esfera da política nacional, o outro, pelo contrário, tem uma visão política inerente à vida económica. O objectivo especial de carácter político não pode ser negado à associação sindical, visto que o artigo 18 da Constituição permite que os cidadãos «se podem livremente associar para fins que não sejam proibidos aos indivíduos pela lei geral».

Em vários países, como notámos, utilizam-se os sindicatos para desempenharem funções de carácter público e participarem nos organismos estatais. Também a Constituição italiana segue esta orientação com a instituição do Conselho nacional da economia e do trabalho, em cuja actuação como noutras providências sociais se deixa levar longe demais.

Com a força sindical também outras forças, embora através de obstáculos, tendem para a civilização do trabalho.

* * *

Na agitação convulsa e no jogo cada vez mais activo das forças sociais, o sindicato desempenha tão fecunda

vontade de renovação que a torna um dos protagonistas da civilização hodierna. O operário organizado afastando-se da subversão e reentrando na legalidade e na ordem, poderá prestar grande contributo à nova era, à ansiada civilização do trabalho.

Com o sindicato também o socialismo caminha para a mesma meta, mas que não poderá conseguir se não abandonar as peias da metafísica materialista; os balões, diria I. Silone, do marxismo. É preciso salientar, como faz Maritain que «o socialismo, embora tenham sido graves os seus erros e as suas ilusões, foi no século XIX, um protesto da consciência humana e dos seus instintos mais generosos contra males que clamavam contra o céu.

«Era, certamente, uma grande obra instaurar o processo da civilização capitalista e despertar, contra potências que não perdoam, o sentido da justiça e o sentido da dignidade do trabalho... O socialismo manteve uma luta áspera e difícil, na qual se praticaram inumeráveis sacrifícios e da mais comovente qualidade humana: os sacrifícios dos pobres. Podem-se criticar eficazmente ficando ainda em muitos pontos devedores. Os desenganos que causam aos homens são, contudo, os mais amargos. É triste verificar que os erros de filosofia geral e de filosofia social de que depende originariamente o socialismo dissiparam nele imensos recursos, e agravaram-se com o seu engrandecimento, e, enquanto duram, o separam fortemente do pensamento cristão» (1).

Maritain (que para dizer a verdade, se deixa guiar, embora filósofo, pela emoção) pergunta se durarão *sempre* os erros no socialismo. Não duvidamos de nos aventurar ao ofício ingrato de profeta, respondendo que o *sempre* escapa ao erro; já que o erro é obrigado a sofrer, com o andar do tempo, as corrosões implacáveis do irrequieto *homo sapiens*.

(1) J. MARITAIN, *Umanesimo integrale*, Roma, 1946, p. 76.

Do ponto de vista teórico os erros do socialismo marxista já foram ventilados pela crítica, e «deve ser considerado um prodígio para os historiadores do pensamento que uma doutrina tão ilógica e tão estúpida possa ter exercido influência tão poderosa e duradoura sobre as inteligências dos homens» (1).

Do ponto de vista prático, o organismo e o interesse podem cegar as inteligências e impor a muitas o veneno do pensamento marxista, embora sejam sempre inevitáveis as divergências entre os exegetas da sua letra, as revisões, as cisões; daí a luxuriante germinação dos socialismos, dos quais alguns se orientam para uma norma ética que não tem nada que ver com os fundamentos do materialismo histórico e dialéctico.

Os povos nórdicos, guiados pelo seu inato bom senso e não do *Capital*, praticam um socialismo, que tem pouco que ver com o marxismo. O socialismo britânico, por exemplo, que anima o partido trabalhista, caminha animoso para a democracia económica, embora rejeite inteiramente as ideologias e os métodos professados pelo originário socialismo alemão. É prova disto a sua história mais recente.

Não há muito, Morgan Philips, na Conferência Internacional Socialista de Copenhague de 1951 declarava que o socialismo inglês rejeita a teoria política de Marx fundada no materialismo histórico e a luta de classes; rejeita também a teoria fundamental económica do valor; pelo contrário, aceita as orientações da ética e a influência do próprio pensamento religioso. «O socialismo inglês, afirma Philips, é a realização viva da inspiração dum pensamento e duma moral na organização e nos métodos democráticos, já quase em contradição aberta com os do marxismo».

(1) J. M. KEINES, *La fine del lasciare fare*, em *Nuova collana di economisti*, vol. III, p. 325.

Desta inspiração ética e duma ética transcendente, a única digna deste nome, nos fala também o grupo parlamentar dos cristãos socialistas, isto é, dos protestantes e dos católicos do partido trabalhista, num manifesto em que salientam as diferenças entre o trabalhismo e o partido conservador.

Nas premissas deste documento, nas quais se expõem os princípios basilares do trabalhismo, lemos: «Colocamos, em primeiro lugar, as coisas do primeiro plano: as coisas em que os cristãos — incluindo os socialistas — acreditam. O homem foi criado para se conformar com a santa vontade de Deus, expressa nos seus mandamentos; e, neste caminho, perseverar todos os dias da sua vida. Vontade de Deus é que os homens vivam como uma grande e só família, no amor recíproco e havidas iguais possibilidades de empregar os próprios talentos. Os homens podem aprender a viver assim, se quiserem coroar o próprio esforço, e libertar-se das taras egoístas, com aquilo a que os cristãos chamam graça. Os cristãos socialistas sempre acreditaram no reino de Deus, quando oram: «*venha a nós o vosso reino*». O cristianismo não é mera «religião mundana». Pode a sociedade humana viver em harmonia com a vontade de Deus» (1).

Acerca de outras correntes de socialismo, deve-se crer que também elas, perante as resistências da realidade e as experiências soviéticas desejarão pouco a pouco libertar-se dos resíduos da rémora marxista; e rectificando a própria rota, poderão, com outras formações políticas de inspiração cristã, caminhar juntas, ao menos grande parte do caminho, unidas na luta contra a civilização capitalista.

(1) Veja-se *Cronache Sociali*, 15 de Janeiro de 1951, em que se publica todo o manifesto dos trabalhistas cristãos.

trata-se dum humanismo exangue, fundamentalmente materialista, que se não nega o Absoluto, prescinde dele, e dá como termo último à sociedade humana o bem-estar. Quando o nosso horizonte se limita à terra, os desejos e as ambições das massas se polarizam no presente, no transitório, no imediato, no relativo efémero; nada podemos fazer de mais anti-social, caindo fatalmente num individualismo glacial, num partidarismo brutal de classe, no antagonismo crónico e dissolvente das relações sociais em todos os seus aspectos.

Numa palavra, o cantado humanismo socialista termina numa organização da comunidade mais inclinada para a cultura e desenvolvimento dos egoísmos do que para os idílios dum amor fraterno universal. É preciso desconhecer a psicologia e a história para se iludir e crer que, quando no banquete da vida todos tiverem o lugar assegurado, se assistirá então à metamorfose dos leões, dos lobos, das raposas em mansos cordeiros.

Como é evidente, a marcha do socialismo marxista termina, por discordar, substancialmente, com a concepção cristã do homem e da sociedade. Isto, porém, não impede que no campo político se possam realizar acordos úteis e limitados entre concorrentes de inspiração teórica diferente.

* * *

Mas o factor que mais do que qualquer outro influi na civilização do trabalho e que sustenta e mantém qualquer outro é o pensamento religioso que brota da mensagem evangélica.

Nenhuma outra doutrina é tão cheia dos mais elevados sentimentos de justiça e de benevolência, especialmente para com os pequenos, para com os pobres, para com os fracos e para com os oprimidos. «Doutrina sublime e surpreendente, escreve comovido Toniolo, que o mundo, antes de a ter ouvido, nem sequer a suspeitava. Em todos os séculos, o crescente predomínio,

as satisfações e o poder de poucos, mais sábios, mais atilados, mais ousados, mais fortes, mais ricos, mais felizes, compuseram o fastígio da pirâmide social, a razão prática e o resultado final de todas as organizações de todas as mudanças civis. A estes poucos indivíduos ou restritas classes dominadoras e aos seus interesses exclusivos e ambiciosos serviu o direito como privilégio dos dominadores, a força material das nações, como instrumento de prepotência sobre os dominados e os fracos, a riqueza feita pedestal e ouropel do seu egoísmo, e finalmente, a autoridade, a fascinação, a glória do mundo» (1).

Depois do sermão da montanha, começa o gradual desenvolvimento de ideias, de sentimentos, de orientações que, embora através de rémoras, de resistências e de obstáculos, noutros tempos invencíveis, impele as forças sociais a preocuparem-se do bem-estar das classes oprimidas. Dum modo particular, a nova religião quis honrar e glorificar o trabalho. O seu fundador quis ser operário, e operários os seus arautos, que deviam levar a palavra inovadora dum pólo a outro do globo. Condenou o ócio, constituiu uma obrigação universal o emprego das próprias forças, e reivindicou o direito à justa retribuição: *O operário é digno da sua recompensa.*

As ideias do Filho do homem sobre a dignidade da pessoa humana, sobre a filiação dum mesmo Pai, sobre a igualdade fundamental dos homens, foram as ideias que insensível e irresistivelmente destruíram a mais vergonhosa instituição que desonrou a história humana: a Instituição da escravatura. Toda a história da Igreja está cheia de benemerências para com a elevação do povo.

Todavia, opõe-se a tudo isto a velha objecção que ainda hoje se ouve: «Depois de dois mil anos, diz o próprio Marx, prega até à saciedade a ideologia moralista da justiça e do amor, e contudo que se obteve? Uma ideo-

(1) G. TONIOLO, *Il concetto cristiano della democrazia*, Roma, 1945, p. 32.

logia deste género não vale mais que um pobre rocinante que os D. Quichote da história montam».

Esta acusação, como tantas outras que os marxistas propalam, é uma afirmação gratuita e é desmentida pela história. Basta lançar o olhar para o espectáculo da cidade antiga com os seus numes domésticos e nacionais, fautores de todos os vícios, com o seu direito autocrático ao serviço dos fortes, com a divinização da autoridade, com o vergonhoso culto a César, com os costumes desenfreados e licenciosos, com o desprezo do grande princípio civilizador, o valor pessoal, com uma ética que abrangia todas as virtudes no patriotismo e praticamente no orgulho mais cego e catastrófico, que é o orgulho colectivo. Compare-se este quadro com o que nos apresenta — embora com todas as suas sombras — a sociedade contemporânea e veremos que a pregação moral da Igreja não foi estéril nem vazia.

Sem dúvida, há ainda muitos que trabalham para a plena realização da justiça e do amor na sociedade civil, mas o não ter feito tudo, não quer dizer que se não tenha feito nada. Cremos que se o pensamento cristão tivesse sido um pobre rocinante, não falaríamos hoje dos direitos do trabalho, mas dos deveres da escravatura.

Poder-se-á talvez objectar que a Igreja às vezes se mundanizou e se esqueceu da sua missão social. Certamente, nalgum período histórico a acção social da Igreja e a sua obra moralizadora e espiritualizadora foi impedida e quase paralizada por monarquias ou por governos absolutistas até parecerem coniventes com as classes privilegiadas e dominantes que procuraram fazer da religião o sustentáculo dos regimes económicos propícios aos próprios interesses. Mas não são de admirar tais deficiências nem muito menos devemos tirar delas conclusões ilógicas. Trata-se, em suma, de excepções, que se referem a alguns grupos de fiéis da Igreja, mas não à Igreja em si mesma, e ao seu corpo total. Mesmo quando se professam princípios do mais alto valor social, há

liberdade de seguir as tendências egocentristas e ficar nas acções inferiores às próprias convicções.

Hoje, sobretudo, a censura do desinteresse ou da falência do catolicismo no campo social é injusta; hoje quando a actividade dos católicos dirigida especialmente aos problemas do trabalho, que estão incluídos na única denominação da questão social, é tão decidida e tão ousada que são considerados pelos inimigos como fatores das paixões demagógicas e concorrentes com os mais imparciais reformadores sociais.

«Não, (afirma Pio XII), o cristianismo, cuja força deriva daquele que é caminho, verdade e vida... não faltou à sua missão, mas os homens rebelam-se contra o verdadeiro e fiel cristianismo, contra Cristo e contra a sua doutrina. Imaginaram um cristianismo a seu talante, um novo ídolo que não salva, que não repugna às paixões da concupiscência e da carne, à avidez do ouro e da prata que fascina a vista, à soberba da vida: uma nova religião, uma máscara do cristianismo morto sem o espírito de Cristo, e proclamaram que o cristianismo faltou à sua missão».

* * *

Infelizmente, é preciso salientar que mesmo entre aqueles que se declaram sequazes da religião do Evangelho, há pessoas de mentalidade estreita e inacessível às solicitações do mundo, desejosos de suprimir não só o despotismo político, mas também o económico muito mais difícil de debelar. Existe ainda em algumas classes que dominam a vida económica, a pretensão de dispor a seu bel-prazer da vida das massas trabalhadoras, visto que no fundo está a oposição dos magnates da indústria e da agricultura às leis sociais, como também a exigência de rejeitar toda e qualquer ingerência do Estado no campo económico, a não ser que se trate de providências que sob o nome de bem comum, só servem a especiais e não legítimos interesses.

E contudo, de há meio século para cá, ou pouco mais, publicaram-se um após outro documentos pontifícios defendendo o trabalho e promovendo a nova ordem social, em que se realizam todas as consequências derivadas da dignidade pessoal do operário.

Com louváveis excepções, as classes abastadas ou burguesas, como se quiser, gastam a substância da religião com prejuízo ou minimização das exigências sociais e de todo o entusiasmo vital. O seu Deus é uma entidade prejudicial, abstracta e imaginária, mais que uma realidade viva, a quem seja permitida qualquer intervenção no campo dos negócios pessoais. Uma religião que se gloria de ser interior; e que exceptuando algumas manifestações pomposas como o baptismo, o matrimónio e os funerais, não ultrapassa, de facto, os limites do concreto e da praxe. O pensamento evangélico murcha, encerrando-se nas indicações duma caridade mutilada e sem força, que reduzida à forma única de esmola e distinguindo-se da virtude da justiça, pode ainda transformar-se em estímulo de orgulho.

O cristianismo que qualificamos de social, mesmo hoje, em pleno século vinte, e em que brilham como faróis a *Rerum Novarum*, a *Quadragesimo Anno* e as *Mensagens* de Pio XII, procura abrir caminho por entre o escol dum capitalismo, que se não tem em toda a parte a prepotência de outrora, não está ainda agonizante.

Quanto entre nós se não clamou e quantos anátemas se não proferiram contra o governo, réu de ter finalmente proclamado depois de pouco louváveis pressas, um conjunto de leis sobre a reforma agrária, com que se pretende destruir o mecanismo denunciado por Pio XII, o qual procura impedir que o operário melhore a sua condição; mecanismo que «longe de estar conforme com a natureza, repugna à ordem estabelecida por Deus e ao fim que ele assinalou aos bens terrenos» (1).

(1) *Radiomensagem* do Natal de 1942.

Para honra da verdade é necessário acrescentar que não faltam, mesmo entre a classe patronal e dirigente, espíritos abertos ao pensamento social pontifício. Tanto na Bélgica, como na França, na Holanda, como na Inglaterra, no Canadá, como na Itália, surgiram organismos, unidos entre si na União Internacional das Associações Patronais. Oxalá que o exemplo destes homens clarividentes e decididos estimulem eficazmente o grande número de indiferentes, no desempenho da sua missão social. «Inútil, escreve Toniolo, será a intervenção legislativa dos governos sem a espontânea elaboração orgânica e psicológica das classes dirigentes» (1).

* * *

As reflexões que expusemos nestas páginas levam-nos a descobrir sob as incrustações das crónicas contemporâneas um acontecimento histórico de relevo: a progressiva emancipação das massas trabalhadoras e a lenta e gradual maturação da posição das forças sociais, na qual o trabalho exerce um poder tão grande que dá uma fisionomia própria à civilização. Não faltam, é verdade, forças perturbadoras, mas não nos parece provável, que devam prevalecer; quando muito poderão retardar o triunfo do trabalho.

Para conseguir este triunfo trabalha a Igreja, que em regiões deprimidas da humanidade tem predilecções e o transporte incoercível da mãe pelos seus filhos. Há dois milénios que através das gerações desenvolve a sua actividade moralizadora, que não pode sofrer o caso ou tornar-se inactiva, se é verdadeira a promessa evangélica da perenidade.

Esperamos que a ideia cristã poderá dar à sociedade civil aquele suplemento de alma, sem o qual o

(1) G. TONIOLO, *Democrazia Cristiana. Istituti e Forme*. Vaticano, 1951, vol. I, p. 114.

progresso diminuiria, e com o qual será glorificado o trabalho.

A embriaguez soviética não poderá prolongar-se e desafiar muito tempo a prova do tempo e a coalizão dos povos livres e ansiosos de continuarem livres. A irracionalidade de que o bolchevismo está intimamente impregnado, prepara a sua destruição e morte, ou o que é mais provável, as inflexões e depurações dos seus mais graves erros, como sucede com um riacho, que no seu decurso vai depositando o lodo que tinha turvado as suas águas. O historiador de amanhã, poderá dizer-nos que os marxistas de Moscovo procuraram destruir o cristianismo e acabaram por cooperar na realização das suas ideias sociais.

Actualmente, é evidente que qualquer sinédrio, que queira desembaraçar-se de Cristo, é obrigado, em suma, a servir o triunfo da Igreja. Os fariseus de hoje não serão mais afortunados que os de ontem.

ÍNDICE

	Págs.
CAP. I — O comunismo traidor do operário.....	5
CAP. II — O comunismo destruidor de toda a alegria no trabalho	20
CAP. III — O comunismo opressor da mulher	33
CAP. IV — O comunismo inimigo da paz	49
CAP. V — O comunismo cancro da civilização.....	62
CAP. VI — O comunismo perigo comum	76
CAP. VII — Contra a escravidão comunista a civilização do trabalho	87
<i>Bibliografia</i>	III

Os cadernos da colecção «**A DOCTRINA
SOCIAL CATÓLICA**» foram traduzidos por
Manuel Alves da Silva, S. J.

Sebo Lider

10,00

OUTRAS OBRAS

DA

LIVRARIA APOSTOLADO DA IMPRENSA

Mons. Tihamer Tóth

- | | |
|----------------------|-------------------------|
| Creio em Deus | O Messias |
| A Igreja Católica | A Eucaristia |
| A Vida Eterna | O Pai Nosso (2 volumes) |
| Os dez Mandamentos | Jesus Cristo Rei |
| O Redentor | Eugenia e Catolicismo |
| O Matrimónio Cristão | |

Agostinho Veloso, S. J.

- | | |
|-----------------------------|---------------------------------|
| O Problema do Pensamento | Parábolas de Sempre (Poesias) |
| à luz do Pensamento de Deus | Vitral Antigo (Poesias) |
| Naturalismo Rotário e | Nas Encruzilhadas do Pensamento |
| Sobrenaturalismo Cristão | (2 volumes) |

Colecção Juventude

- | | |
|-------------------|----------------------|
| Tom Playfair | Ada Merton |
| Percy Winn | Uma vez só! |
| Harry Dee | A cidade à beira mar |
| Cláudio Lightfoot | |

J. Bujanda, S. J.

- | | |
|------------------------------|-----------------------|
| Teologia Dogmática | A origem do homem e a |
| Teologia Moral para os fiéis | teologia católica |
| Teologia do Além | |

A. Freire, S. J.

- | | |
|---------------|------------------|
| Selecta Grega | Gramática Grega |
| | Gramática Latina |